



2024

**DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO E PLANO DE
TRABALHO PARA CONSOLIDAÇÃO DA MIMUTA DE
LEI DO ECOTURISMO DE SERGIPE**

**COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS
DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR**

ARACAJU - SE

**COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR**

Marcos Leite Sobrinho

Secretário de estado do Turismo

Daniela Santos Mesquita

Secretária Executiva do Estado de Turismo

Raquel Melo de Azevedo

Turismóloga e Coordenadora de Qualificação, Estruturação dos destinos e Produtos
Turísticos

Thassia Luiza Santana Costa

Engenheira Ambiental CREA Nº 2715106610, MSc. em Geociências e Análises de Bacias,
Consultora Ambiental da Secretaria de Estado do Turismo e Responsável Técnica pela
Elaboração do Plano

Juliane do Nascimento Fontes

Estagiária em Turismo da Secretaria de Estado do Turismo

Rodrigo Oliveira dos Santos

Estagiário em Turismo da Secretaria de Estado do Turismo

Elias José da Silva

Téc. em Guia de Turismo e Operador de Ecoturismo. CADASTUR - 38.093.573/0001-80 e
Presidente da ONG Centro da Terra

Guilherme Matheus da Silva

Estagiário da ONG Centro da Terra

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	5
2.	DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO REALIZADO A PARTIR DE AÇÕES DA META ACIMA CITADA E DO DIAGNÓSTICO LEVANTADO PELA SETUR (CASOS REGIONAIS).....	9
2.1.	VALE DOS MESTRES (CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO).....	9
2.2.	PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA	30
2.3.	MAPEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS POTENCIAIS DE ECOTURISMO NOS MUNICÍPIOS DE MACAMBIRA, SÃO DOMINGOS E CAMPO DO BRITO (ROTA DA FARINHA) 36	
3.	PLANO DE TRABALHO PARA DE CONSOLIDAÇÃO DA MINUTA DE ECOTURISMO DE SERGIPE.....	57
3.1.	LEIS QUE FAVORECEM O FORTALECIMENTO ECOTURÍSTICO PARA SERGIPE	58
3.2.	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	59
3.3.	DEFINIÇÃO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS	59
3.4.	IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS POTENCIAIS ÁREAS A SEREM VISITADAS	60
3.5.	QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE EXECUTORA E COMISSÃO DE TRABALHO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	68
3.6.	JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA ABORDADA	69
3.7.	PÚBLICO-ALVO	71
3.8.	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES	71
4.	MINUTA DE LEI VERSÃO PRELIMINAR.....	73
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR

FICHA TÉCNICA/ PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE LEI DO ECOTURISMO DE SERGIPE		
ORGÃOS EXECUTORES:	Nº do PROJETO:	Nome do Projeto:
SETUR	01	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS OFICINAS DE ECOTURISMO
Categoria (s) de atividades (*):	Ação governamental para efetivação das Políticas de Ecoturismo	
Localização e Destino turístico:	POLOS TURÍSTICOS	
Objetivo (s) do Projeto:	1. Elaborar OFICINAS PÚBLICAS associadas a ações efetivas de ecoturismo que contemplem a gestão pública, empresariado, comunidades tradicionais e locais, e turistas dos destinos ecoturísticos que compõem os polos turísticos de Sergipe, para integração e compatibilização da Versão Preliminar da Minuta de Lei do Estado de Sergipe com a realidade local.	
Objetivo (s) Específico (s) de Execução:	1- Consolidar o diagnóstico preliminar das potencialidades regionais dos atrativos ecoturísticos de Sergipe; 2- Revisar, alterar e aprimorar a primeira versão da política de ecoturismo de Sergipe; 3- Realizar consultas públicas de consolidação do diagnóstico e da minuta de Lei e do Zoneamento das Áreas Potenciais em Ecoturismo; 4- Finalizar a versão final da minuta de lei a ser encaminhada para Secretaria Legislativa do Governo para revisão e consolidação.	

1. APRESENTAÇÃO

A abordagem do ecoturismo é vista como uma forma de gerar novos valores e atitudes voltadas para a preservação da vida e a conservação do meio ambiente, sendo cada vez mais reconhecida como uma necessidade. Ao se associar à implementação de práticas educativas que transcendem os limites acadêmicos, ela se alinha à vivência das ações sociais e dos movimentos organizados que buscam melhorar a qualidade de vida das comunidades, ao mesmo tempo em que protegem os recursos naturais.

De acordo com as orientações básicas do Manual Ecoturismo: Orientações Básicas (MTUR, 2010), o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. O ecoturismo é uma ferramenta legal, e embora no Brasil não apresente uma legislação específica, alguns territórios criaram seus próprios instrumentos legais para ordenar e regulamentar o turismo de natureza (ecoturismo), de modo a consolidar o uso sustentável nesses territórios, a exemplo da Lei nº 10.892, de 20 de setembro de 2001, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável. Essa legislação serve de parâmetro inicial para desenvolver as premissas básicas da Política Sergipana de Ecoturismo ou Turismo de Natureza, atividade já registrada nos territórios do estado.

Outra lei importante e significativa para fortalecer a visitação turística, com viés do ecoturismo é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Considerando que no estado de Sergipe, conforme dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMACE), existem 6 (seis) Unidades de Conservação (UC) a nível federal e conforme consulta ao Instituto Chico Mendes (ICMBio), mais 4 (quatro) Unidades de Conservação federais em Sergipe, considera-se citar ainda que existe a previsão do primeiro Mosaico de

Unidades de Conservação municipal, que abrangerá o território turístico das Serras Sergipanas, o Mosaico de UCs do complexo da Serra da Miaba, que inclui rios, cachoeiras, poços, formações geológicas, serras e muitas outras potencialidades.

Com o exposto acima, é evidentemente claro que para as unidades de uso sustentável ou mesmo de proteção integral que admitem a visitação pública, esses territórios de belezas cênicas apontam o cenário positivo para a ampliação organizada do ecoturismo em Sergipe. Ressalta-se que no Brasil e no mundo as atividades de ecoturismo ou turismo de natureza estão se tornando cada vez mais grandes potencialidades, porque se baseiam fundamentalmente no propósito da retomada do homem ao convívio do ambiente natural e de sua conexão com a natureza. Com isso, promove-se uma maior conscientização através da educação ambiental e da interpretação, para o fomento de um objetivo maior: a conservação e a colaboração no enfrentamento às mudanças climáticas.

A elaboração desse projeto objetiva, sobretudo, promover a integração do diagnóstico preliminar apresentado, realizado e constituído pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), com a realidade dos territórios envolvidos, especialmente no contexto dos Polos Turísticos. O objeto crucial do proposto é a compatibilização realística através dos povos originários, das gestões territoriais, e das comunidades diretamente afetadas e mapeadas.

O planejamento se fortalece através do Termo de Cooperação Técnica instituído como instrumento legal de trabalho, entre a Secretaria de Estado do Turismo e a Organização Não Governamental (ONG) Centro da Terra, que com toda sua expertise vem desenvolvendo desde 2016 várias frentes de trabalhos que fortalecem o turismo de natureza nos territórios sergipanos, a exemplo de: fiscalizações e monitoramento dos patrimônios natural e cultural, prospecção e diagnóstico de trilhas ecológicas existentes, enquadramento de territórios ambientais densamente visitados, projetos de ordenamento do turismo em áreas naturais, de cursos de capacitação de condutores de visitantes, instalação de estruturas mínimas de apoio à visitação nas trilhas, dentre outras temáticas correlatas, atuando também em parceria junto ao ICMBio, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, para ações significativas em Unidades de Conservação, a exemplo do Monumento Natural do Rio São Francisco e do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI).

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

Desse modo, promover a política de ecoturismo do Estado de Sergipe, e definir princípios, diretrizes e mapeamento territoriais, corrobora com a execução de políticas públicas de curto, longo e médio prazos e fortalece o planejamento e o desenvolvimento das atividades do turismo, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação dos ambientes. Reforça-se, sobretudo, o papel do estado na administração direta, através de suas competências, destacando-se a articulação intermunicipal que visa fortalecer a promoção econômica de comunidades locais, através das potencialidades dos próprios territórios, considerando principalmente a sustentabilidade contínua dessas ações.

Conclui-se, apresentando nos próximos tópicos, o planejamento da ação, que é continuação da meta “Elaboração de documento técnico para orientar a elaboração da primeira Minuta de Lei do Ecoturismo do Estado de Sergipe”, definido no Planejamento Estratégico do Governo, sobre a competência da SETUR. As próximas etapas serão cruciais para a consolidação das informações obtidas.

VALE DOS MESTRES
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO - SE

DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO DAS ÁREAS POTENCIAIS (CASOS REGIONAIS)

**2. DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO REALIZADO A PARTIR DE AÇÕES DA META
ACIMA CITADA E DO DIAGNÓSTICO LEVANTADO PELA SETUR (CASOS
REGIONAIS)**

2.1. VALE DOS MESTRES (CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO)

O município de Canindé de São Francisco é um dos principais destinos turísticos de Sergipe, detentor de uma diversidade de atrativos, com destaque para o patrimônio arqueológico e áreas naturais, muitas delas inseridas em uma categoria de Unidade de Conservação federal, a exemplo do Monumento Natural do Rio São Francisco, ou em outras áreas legalmente protegidas, como APPs (Áreas de Preservação Permanente), a exemplo da Cachoeira do Lajedão.

Uma dessas áreas é o Vale dos Mestres, que está dentro do Monumento Natural, uma categoria de Unidade de Conservação que permite, dentre outras atividades, o uso público por meio de visitas caracterizadas como educativas ou de ecoturismo, possuindo grande potencial para tais atividades. Por sua vez, tais atividades têm grande poder de conscientização ambiental e de geração de renda para as comunidades locais e cuja grade tem que estar alinhada com os princípios de sustentabilidade e seguir regras e diretrizes previstas em legislação específica.

Atualmente, a atividade de turismo de natureza tem crescido no Estado de Sergipe de maneira desordenada, já havendo inclusive visitação nas áreas naturais citadas anteriormente, por parte de agências de viagens, guias de turismo, condutores informais ou simplesmente moradores locais e de cidades vizinhas.

Como consequência dessa visitação desordenada, tais áreas vem sofrendo impactos negativos como número descontrolado de visitantes nas trilhas, ampliação de clareiras, deposição de lixo, acampamentos em áreas inadequadas, incêndios causados por fogueiras, erosão de trilhas, vandalismo em sítios arqueológicos, entre outros. Além desses impactos, há ainda os impactos gerados pelas comunidades que moram no entorno das áreas e que nelas depositam lixo, retiram vegetação ou praticam caça.

A visitação desordenada também gera a exclusão das comunidades locais que ao invés de serem protagonistas do turismo, se tornam meras expectadoras, não sendo inseridas na cadeia produtiva do turismo.

Diante disso, para minimizar os impactos negativos, propôs-se um projeto que pudesse trazer a possibilidade de ordenamento da visitação, auxiliando na conservação das áreas naturais e sítios arqueológicos visitados, melhorando a qualidade da experiência de visitação, bem como permitindo melhores condições de acesso ao trabalho e à geração de renda, tendo como ferramenta o ecoturismo e a conservação ambiental local. Vem sendo desenvolvido um trabalho de conscientização ambiental, com capacitação de agentes locais (condutores ambientais, gestores ambientais) para promoção da interpretação da natureza como instrumento de fortalecimento do ecoturismo de Sergipe.

A SETUR está encabeçando, em paralelo, as obras arquitetônicas para o atendimento da ordenação de visitação pública, através de infraestruturas de suporte a serem instaladas. No momento, os projetos de engenharia estão sendo revisados e o licenciamento ambiental está em execução junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

Como ação do planejamento estratégico pontual para esta potencialidade regional do polo Velho Chico, foram executadas várias prospecções e ações para fortalecer o destino ecoturístico. Abaixo são apresentadas as principais etapas e informações detalhadas.

2.1.1. EIXOS DO PROJETO

O vale dos Mestres foi idealizado por distintas frentes, Secretaria de Estado do Turismo e Secretaria Municipal de Turismo de Canindé do São Francisco, em parceria com a ONG Centro da Terra, sendo a obra de responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo através de emenda parlamentar do deputado João Daniel. O Projeto Vale dos Mestres possui quatro eixos principais (Figura 1):



Figura 1: Eixos do projeto do Vale dos Mestres

2.1.2. ESTRUTURAÇÃO ARQUITETÔNICA PREVISTA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL



CENTRO da TERRA
GRUPO ESPELEOLÓGICO DE SERGIPE

Figura 04 – Mapa de implantação do projeto do primeiro espaço receptivo

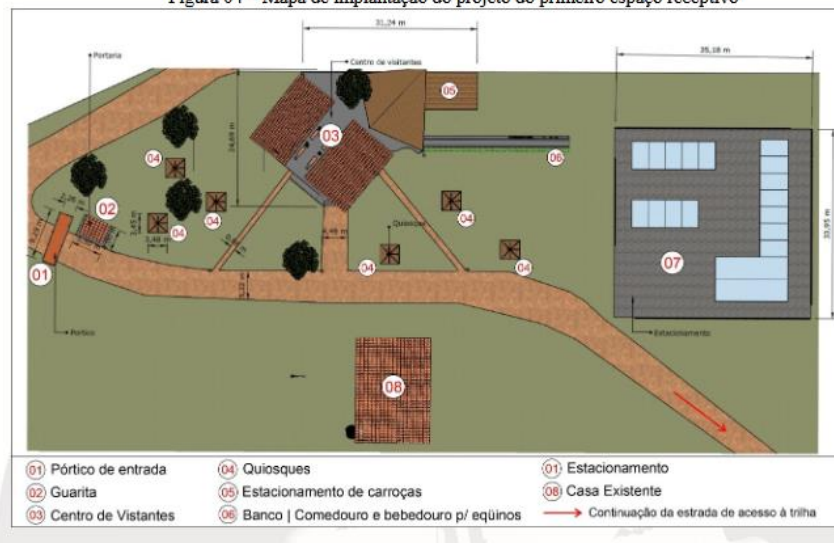


Figura 2: Mapa de implantação do projeto do primeiro espaço receptivo

A concepção geral idealizada pode ser visualizada na imagem acima (Figura 2). Apesar da projeção entregue ao estado, o projeto Vale dos Mestres precisava de revisão e contratação dos projetos complementares, além da principal ação: a emissão da licença ambiental junto ao IBAMA, tendo em vista que se trata de área em Unidade de Conservação federal.

Ao passo que esse projeto é encabeçado junto ao governo, outras frentes significativas estão sendo trabalhadas, as questões socioambientais foram diagnosticadas e importantes ações estão em andamento, tanto na esfera municipal quanto estadual.

2.1.3. EIXOS DO METODO PARA APLICAÇÃO DO ROTEIRO EM GRUPO E PROMOÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA

Para promover um instrumento de gestão para a conservação do patrimônio, faz-se necessário adotar um processo de comunicação estratégica sobre a localização, relevância da fauna e flora, belezas naturais e patrimônio arqueológico existentes no Vale dos Mestres, além de fortalecer o diálogo das comunidades locais

Esses eixos são complementares e interdisciplinares. A região foi estudada por técnicos especializados para o realizar em todas as áreas naturais das trilhas disponíveis, assim como foi feita a identificação de áreas cuja visitação deve ser regrada. O estudo de capacidade de carga objetivou definir esses parâmetros e a proposta a ser praticada é balizada nas diretrizes de ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma o *The International Ecotourism Society* (TIES) aponta três pilares fundamentais para denominar uma atividade como ecoturismo, de acordo com a Figura 3:

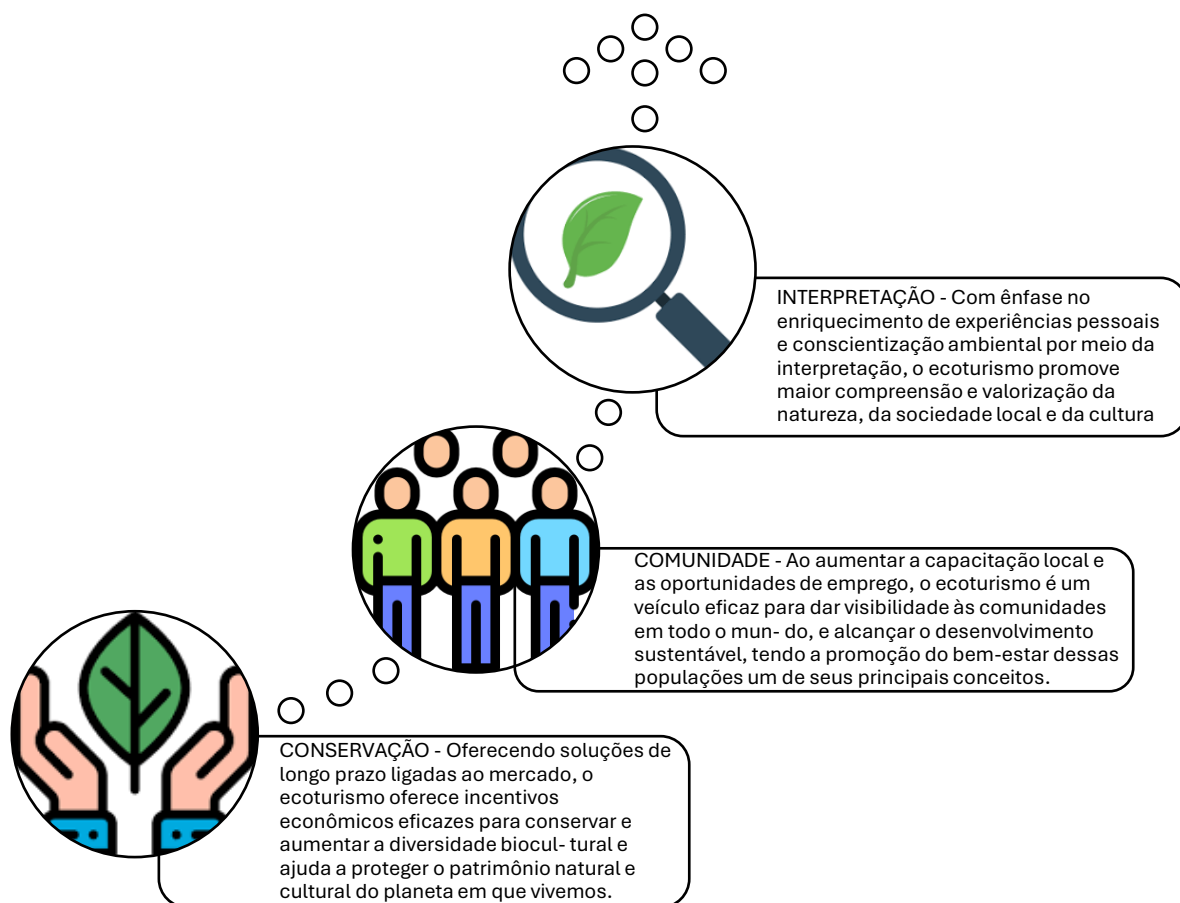


Figura 3: Princípios do Ecoturismo (TIES)

Balizado nesses princípios acima citados, em análise das áreas, identificou-se que no eixo socioambiental existem alguns critérios a serem fortalecidos. Durante a visita técnica aos agentes, com técnicos dos distintos setores da gestão e membros do Assentamento Adão Preto, que fica ao entorno do atrativo Vale dos Mestres, notou-se uma fragilidade de comunicação e do reconhecimento das potencialidades existentes.

A visita foi pensada a partir da ideia de promover uma ampliação do horizonte de possibilidades e de melhorar a comunicação existente, a partir daí que surgiu o convite à ONG Centro da Terra, que atua com Ecoturismo no estado para fortalecer a aplicação da metodologia, metodologia essa pensada para ampliação do reconhecimento da área e da

trilha, das potencialidades interpretativas e comunicativas, através de um Plano de Gestão Ambiental, para definir a partir do necessário um plano de comunicação e interpretação.

Para resumir o objetivo do trabalho aqui citado, bem como para melhor compreender a área do Vale dos Mestres, a gestão atuante e as carências estruturantes existentes, seguiu-se o fluxograma existente, de acordo com a Figura 4:

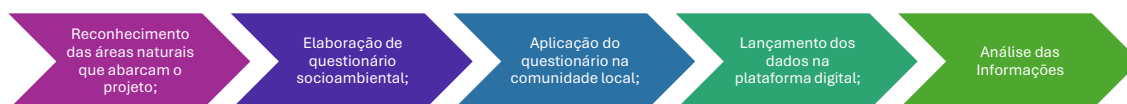


Figura 4: Estratégia de Identificação do Trecho/ destino ofertado

Foram realizados campos de reconhecimento de áreas naturais e aplicação de formulários socioambientais com os agentes envolvidos, gestores, comunidades tradicionais, técnicos do estado e do município, conforme registrado na Figura 5.



Figura 5: Ato a Comunicação Inicial na região da Caatinga próximo ao atrativo do Vale dos Mestres.

2.1.4. ANÁLISE DOS DADOS

▪ DADOS SOCIOECONÔMICOS

O questionário qualitativo trouxe informações sobre as condições simples que envolve a análise dos índices sociais de desenvolvimento (IDH), assim como perguntas específicas da qualidade e percepção ambiental e do projeto em questão.

A representatividade da amostra de entrevistados se dá pela análise simples do quantitativo presente. A principal comunidade no entorno da região do Vale dos Mestres é o Assentamento Adão Preto, no entanto, existem muitas propriedades rurais e empreendimentos na região de Canindé do São Francisco, considerando-se principalmente que Canindé é um município com alto valor turístico. Estima-se que aproximadamente 100 pessoas compõe o assentamento, e na aplicação dos formulários, 24 estavam presentes. Estatisticamente falando, ocorreu representatividade significativa dos dados obtidos.

Dos entrevistados, 10 eram do sexo feminino e 14 do masculino, totalizando 24 entrevistados (Gráfico 1). Não se pode dizer que há maior representatividade masculina no assentamento, há uma paridade proporcional nos valores, se admitido margem de erro.

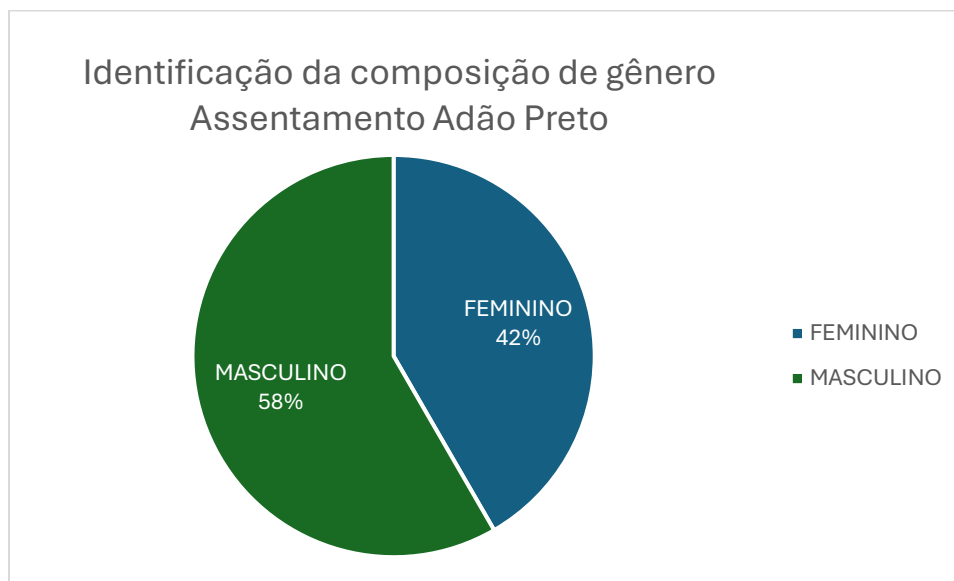


Gráfico 1: Composição de Gênero do Assentamento Adão Preto

Análise válida é sobre a capacidade de renda (Gráfico 2), entre homens e mulheres: a maioria deles possuem como renda básica apenas um salário mínimo, o que reforça essencialmente a necessidade de se desenvolver em outros pilares econômicos a região, para que se ampliem as possibilidades de emprego e renda, e o cenário da qualidade de vida.

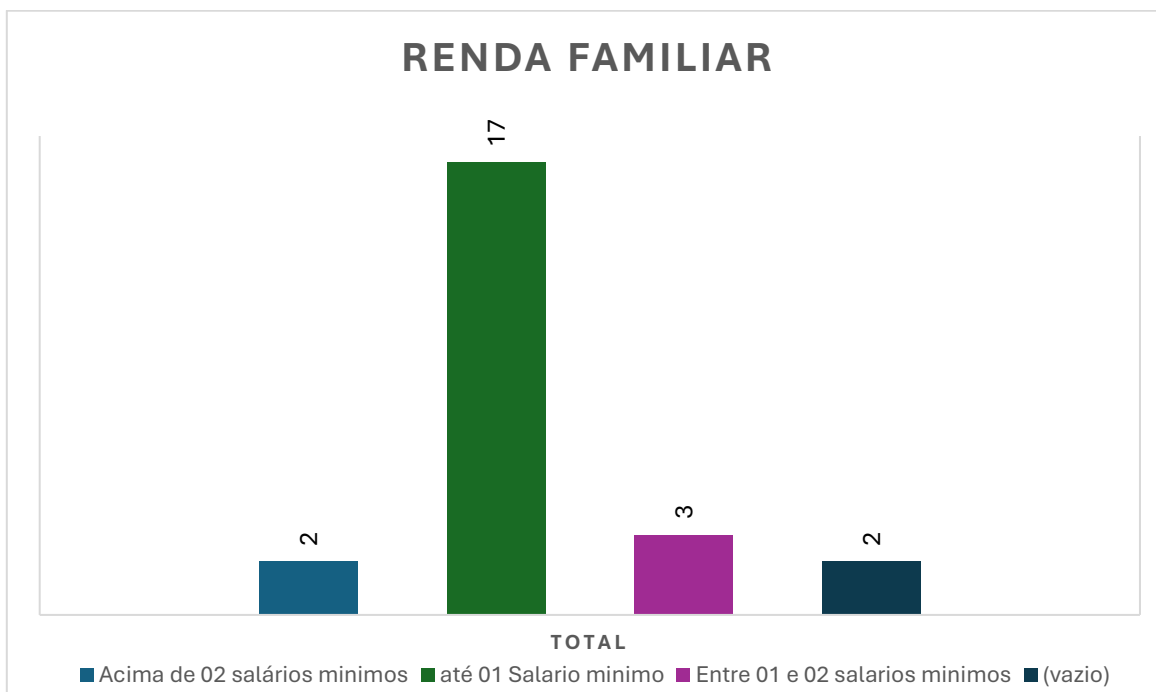


Gráfico 2: Composição da renda bruta das famílias do assentamento

Outro resultado significativo analisado é sobre a situação habitacional dos entrevistados (Gráfico 3). Cerca de 54% dos entrevistados possuem casa própria, enquanto 46% estão com as casas cedidas no assentamento, o que confere uma insegurança à moradia e uma considerável rotatividade entre os membros que compõe o assentamento.

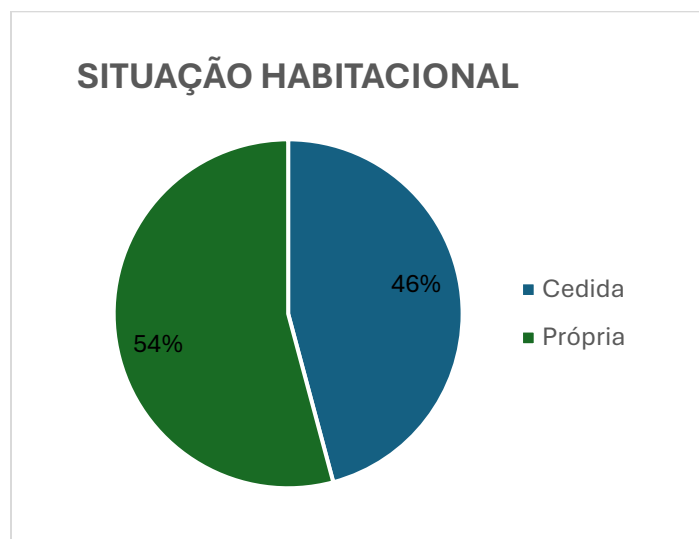


Gráfico 3: situação habitacional dos moradores do assentamento entrevistados

Os dados da escolaridade e da profissão (Gráfico 4), possuem uma relação interessante: 50% dos entrevistados não completaram o ensino fundamental básico e boa parte dos mesmos apresentam como profissão principal a agricultura. É importante citar ainda que 25% dos entrevistados são analfabetos, o que confere maiores restrições às oportunidades de trabalho, tornando essas pessoas mais vulneráveis. A prática de agricultura como profissão focal dos residentes do assentamento é nitidamente predominante, tanto homens quanto mulheres se denominaram agricultores. Cerca de 17% das mulheres e 54% dos homens entrevistados são agricultores, alguns já aposentados.

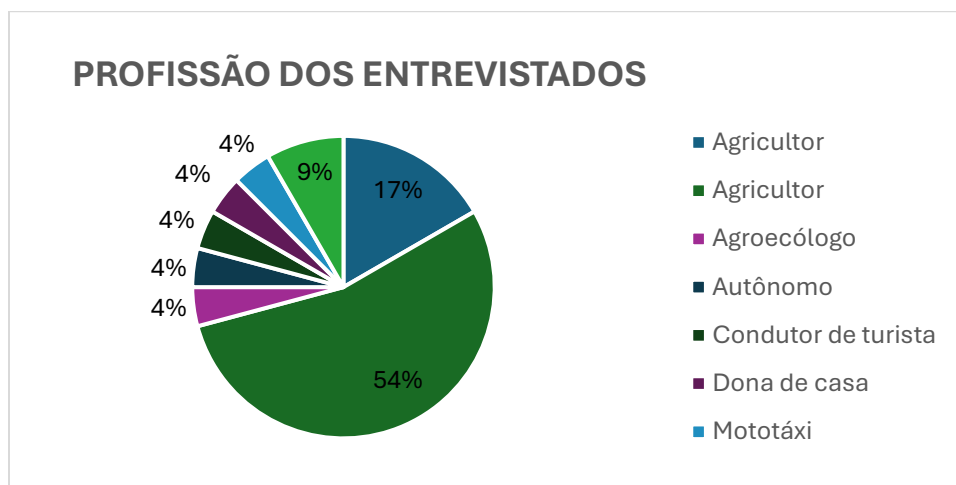


Gráfico 4: Profissão dos moradores do assentamento entrevistados

Sobre os programas governamentais de registro e apoio financeiro (Gráfico 5), entre os assentados, 46% alegam estarem registrados no cadastro único do Governo Federal, mas não informaram se estão participando de programas financeiros sociais, enquanto 38% alegaram estar recebendo o Bolsa família. O número não é muito expressivo, e a agricultura como principal fonte de renda é significativa, mas sofre inúmeras oscilações de acordo com as questões de produtividade e temporalidade, considerando que a região está situada no Alto Sertão Sergipano, onde os assentados queixam da dificuldade de acesso a direitos fundamentais como água e outros pré-requisitos. Essas informações serão expressas através das perguntas pontuais de infraestrutura.

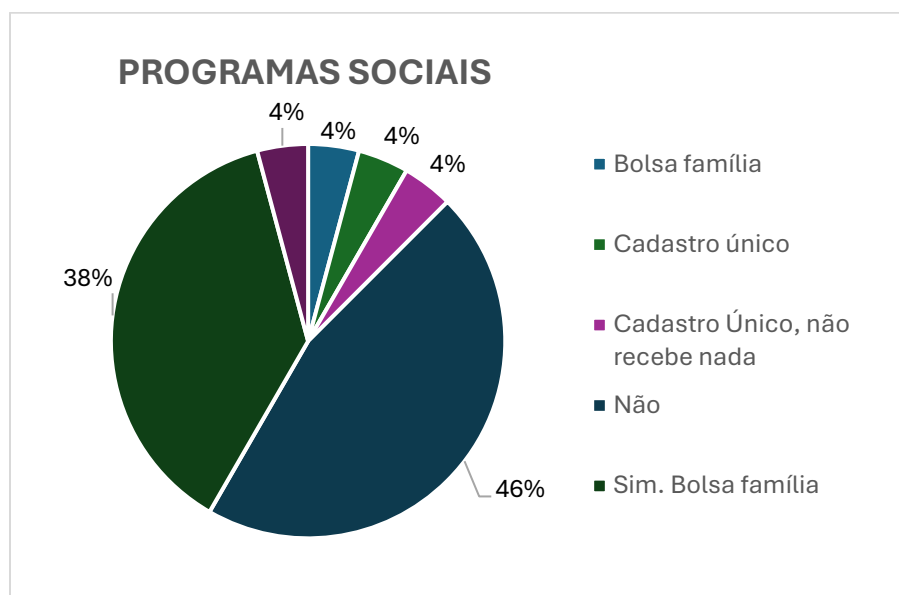


Gráfico 5: Participação dos entrevistados nos programas sociais do Governo Federal

▪ DADOS SOCIOAMBIENTAIS

Os dados referentes ao abastecimento de água na região estão apresentados no Gráfico 6, a seguir:

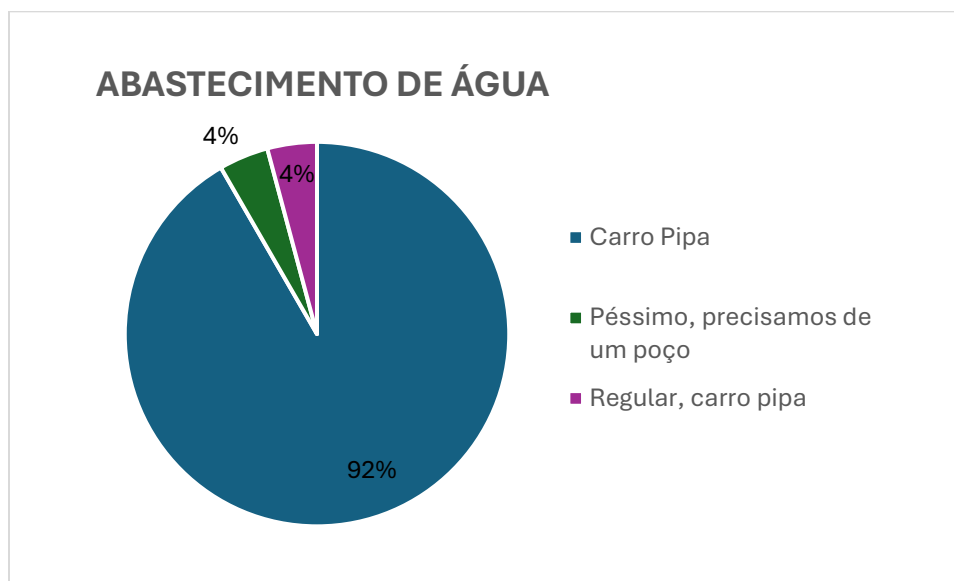


Gráfico 6: Abastecimento de água na região

A primeira e altamente relevante questão levantada é se eles conhecem a região do Vale dos Mestres e o fato dela está inserida numa Unidade de Conservação Nacional, de gestão do Instituto de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio).

2.1.5. GESTÃO COMPARTILHADA

Instituir a entrega da obra e a responsabilidade de gestão compartilhada, através da criação de um conselho gestor entre prefeitura municipal e a comunidade representada pelo Assentamento Adão Preto e demais entidades sociais que atuam economicamente nas atividades locais como principais representações.

▪ CONSELHO GESTOR

Conselho consultivo e deliberativo a ser formado por representações de todas as entidades envolvidas desde o início do projeto, sendo elas:

Governo:

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

- Governo do Estado;
- Prefeitura (SECULT);
- ICMBio;
- IPHAN.

Comunidade:

- 01 Representação do COMTUR;
- 03 Representantes da Comunidade Adão Preto;
- 01 Representação do Condutores de Turismo Local;
- 01 Representação de Associação dos Operadores Turísticos do Lago de Xingó.

Considerando que o Município de Canindé de São Francisco já possui atualmente um Conselho Gestor do Turismo, o mesmo poderá ser correspondente para as questões relativas ao Vale dos Mestres.

▪ OBJETIVOS DA GESTÃO COMPARTILHADA

- Definir o modelo de gestão do empreendimento, identificando entre as instituições envolvidas aquelas que possuirão a responsabilidade de operacionalizar o empreendimento, considerando os critérios socioambientais e a representatividade do Assentamento nessa gestão;
- Assegurar que todos os assuntos relativos à alteração administrativa do empreendimento sejam previamente consultados e medidas sejam tomadas através dos conselheiros, afim de assegurar a manutenção da representatividade social e do Turismo de Base Comunitária (TBC), ao longo do tempo;
- Assegurar que a administração do empreendimento possa certificar que todo modelo de turismo praticado, nas mais diversificadas possibilidades sejam dentro das diretrizes nacionais, estadual e municipal (caso haja) de ecoturismo.

▪ DEFINIÇÃO INICIAL DE RESPONSABILIDADES

A Gestão do empreendimento deverá ser realizada pela prefeitura com a participação efetiva das comunidades locais que possuem influência significativa sobre a área, conforme estabelecido na construção do projeto Vale dos Mestres e definido no processo judicial que deferiu a obrigatoriedade da organização a regularização da área. Após a execução da obra e a garantia de 5 anos,

EIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL OU ÓRGÃO QUE EXECUTE A AÇÃO NA ATUAL GESTÃO
MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA		Secretaria de Obras
SEGURANÇA	- Sistema de vigilância do empreendimento	Secretaria de Turismo e Cultura
	- Sistema de segurança social	Batalhão da Polícia Militar
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	- Sistema de fossa selada	Remoção do Efluente através do Caminhão da Secretaria de Obras
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		Secretaria Municipal
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		Secretaria de Obras
CAPACITAÇÃO LOCAL E PROGRAMAS		Secretaria de Turismo
FISCALIZAÇÃO		ICMBio/ IPHAN
PLANO DE EMERGÊNCIA PARA ACIDENTES		Defesa Civil

Quadro 1:

**2.1.6. PONTOS CRUCIAIS PARA AMPLIAÇÃO DO PLANO DE
COMUNICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL**

Na Visita guiada com a ONG Centro da Terra, foi verificada a fragilidade nas potencialidades do percurso. Primeiro, a ONG que possui experiência pediu, em pontos

estratégicos do roteiro, para falar das potencialidades da área e somente depois das fragilidades, método parecido com a aplicação da matriz de planejamento estratégico FOFA, mas de forma mais simplificada e resumida. Dito isso, surgiram os seguintes resultados:

ANÁLISES INTERPRETATIVAS (POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES)



PONTO 1: ENTRADA DO TRECHO (ESTRUTURA ABANDONADA DE TRATO
DE GADO)


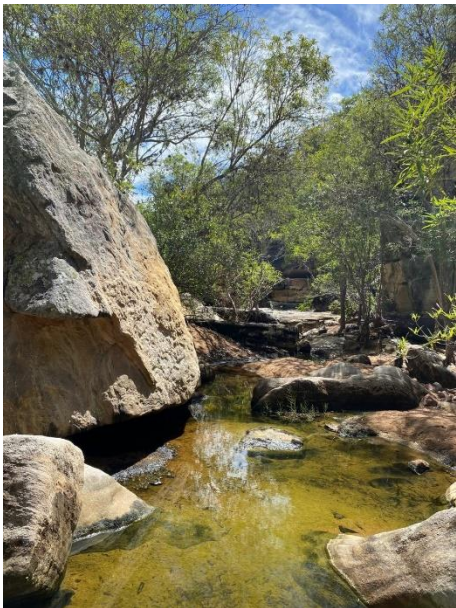
POTENCIALIDADE	FRAGILIDADE
A área é bem grande, caberia um projeto de Centro de Visitante e galeria de artesanato e restaurantes.	Região isolada e de difícil acesso, com ausência dos serviços básicos de saneamento.




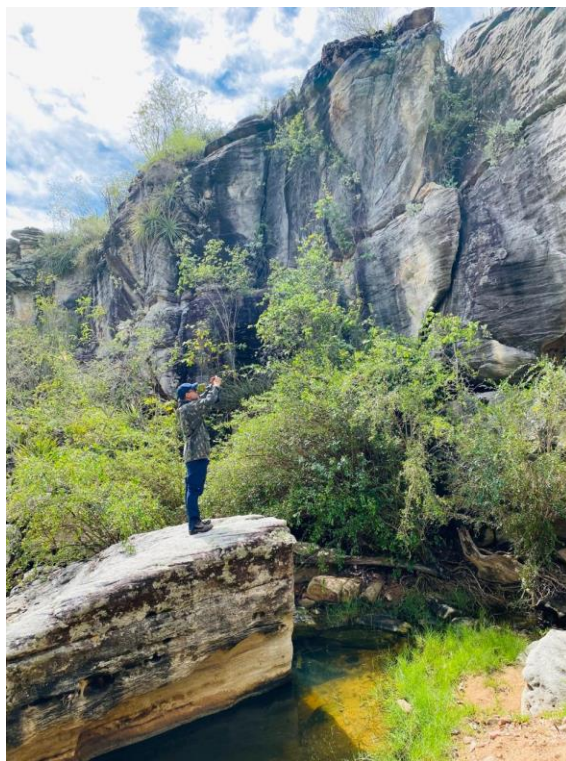
PONTO 2: FLORA E FAUNA DO BIOMA CAATINGA AO LONGO DO TRECHO
EXISTENTE

POTENCIALIDADE	FRAGILIDADE
Os visitantes ficaram todos impressionados com a vegetação de caatinga, com as particularidades	As fragilidades não eram exatamente sobre a fauna, mas trilha longa numa região muito seca sem pontos de

**COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR**

adaptativas e específicas da vegetação de clima seco e bastante quente.	apoio ao longo do trecho, e trilhas não muito bem definidas e sinalizadas ao longo do trecho.
<div data-bbox="407 390 1211 993">  </div> <div data-bbox="583 1026 1036 1629">  </div>	
PONTO 3: RECURSOS HÍDRICOS QUE PERPASSAM AO LONGO DE TODA A TRILHA E SE CONECTAM COM O RIO SÃO FRANCISCO	
POTENCIALIDADE	FRAGILIDADE

<p>Os visitantes se sentiram contemplados com cenários extremamente belos e significativos, as conexões dos pequenos riachos que se formam a partir das águas que drenam sentido ao Rio São Francisco permite uma trilha menos complexa em meio à região seca do sertão nordestino, o que supera inclusive as expectativas dos presentes pela presença dessas poças entre formações geológicas e vegetação.</p>	<p>Alguns trechos são muito difíceis de transitar dada a própria configuração existente. É preciso algumas orientações e sinalização quanto às áreas de fluxo mais complexas. Algumas áreas podem ser muito escorregadias e causar acidentes, não sei se estamos aptos para promover um suporte ágil no atendimento dessas ocorrências.</p>
	
<p align="center">PONTO 4: REGISTROS ARQUEOLÓGICOS</p>	
<p align="center">POTENCIALIDADE</p>	<p align="center">FRAGILIDADE</p>
<p>O registro de pinturas arqueológicas assegura uma experiência interpretativa singular dos registros encontrados e conexão com a ancestralidade do local visitado, além de fomentar a visitação com fins científicos.</p>	<p>Infelizmente o local possui pouca segurança para os danos do mau uso da trilha, ameaçando as pinturas rupestres e possibilitando novas ocorrências de mau uso.</p>



PONTO 5: FEIÇÕES GEOLÓGICAS

POTENCIALIDADE	FRAGILIDADE
A área é com certeza marcada por significativos paredões rochosos, que confere uma geologia singular e muito atrativa, e que ao longo do final do trecho viabiliza o encontro com as áreas dos cânions onde perpassa o Rio São Francisco, que é o ponto clímax do destino Vale dos Mestres.	As fragilidades estão mais associadas as áreas de terrenos irregulares que podem ser favoráveis a acidentes no guiamento de grupos e que reforça a necessidade de ter um plano de riscos no destino ofertado.



PONTO 6: FINALIZAÇÃO DO PERCURSO DA TRILHA

POTENCIALIDADES

- No ponto final da trilha, é possível ser gratificado com o banho no Rio São Francisco, com uma vista linda dos cânions e de toda região possível do Rio São Francisco;
- Por todo o o trecho é possível ouvir histórias do cangaço e da caatinga e das áreas ocupadas por essa flora e povos;
- A área é inteiramente natural, sem marcas significativas das ocupações humanas.

FRAGILIDADES

- A área de acesso ao rio está com proliferação de algas no acesso ao banho, requerendo uma pequena intervenção;
- É necessário de forma urgente uma sinalização mais completa, desde o trecho inicial até o final;
- É preciso a sinalização de até onde é possível o banho com segurança.

<ul style="list-style-type: none">• Em todo o roteiro é possível contar uma história e transmitir uma mensagem.	<ul style="list-style-type: none">• É preciso gestão em vários eixos socioambientais e econômicos da oferta turística;• Precisa-se de um plano de mídia (comunicação) mais eficiente;• Precisa-se prospectar o mercado possível para monitorar a visita ordenada e controlada de áreas ambientais significativas;• É preciso ampliar as possibilidades do roteiro existente.
---	--

2.1.7. PERSPECTIVAS DE FORTALECIMENTO DO DESTINO VALE DOS MESTRES (CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO) INICIADAS

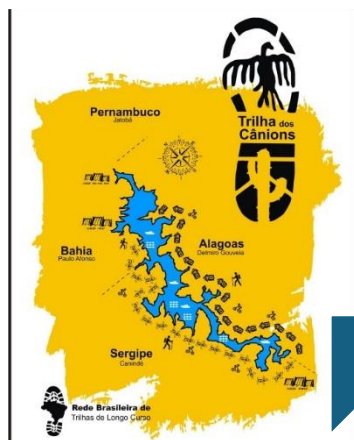
- Iniciativa da ONG Centro da Terra na promoção de recuperação e conscientização das ações necessárias no vale dos mestres



AÇÕES REALIZADAS

- ESTUDO DE CAPACIDADE DE CARGA
- IDENTIFICAÇÃO DOS REGISTROS ARQUEOLÓGICOS
- **CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM DE CODUTORES AMBIENTAIS VALE DOS MESTRES**
- PROJETO DE SINALIZAÇÃO BÁSICA DO DESTINO
- FORTALECIMENTO JUNTO AO ICMBIO E DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO MONA SE, PARA MONITORAMENTO DA UC
- AÇÃO CONTINUA DE COMUNICAÇÃO E CONTATO COM AS COMUNIDADES TRADICIONAIS LOCAIS

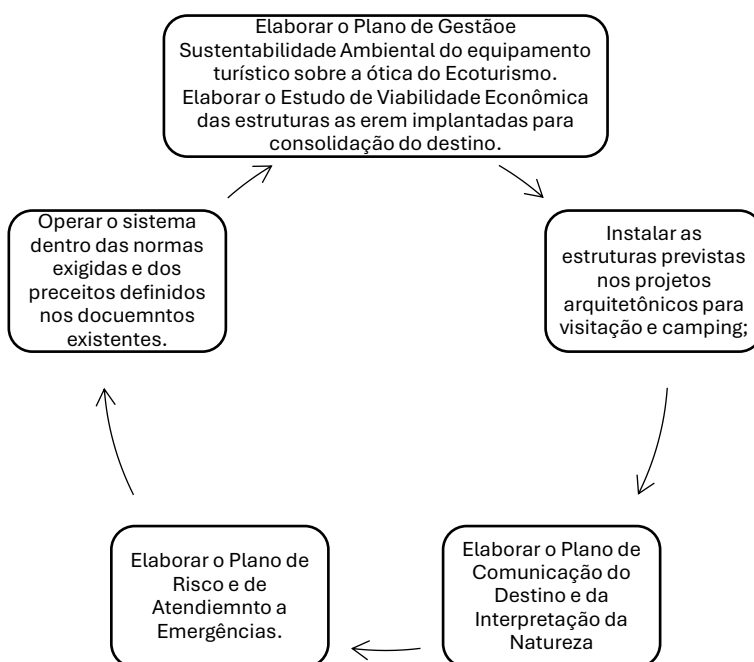
▪ REDE BRASILEIRA DE TRILHAS



Os representantes do Monumento Natural do Rio São Francisco, do Assentamento Adão Preto, da Secretaria de Turismo de Canindé do São Francisco, Condutores de Visitantes atuantes, dos responsáveis pela instituição da Trilha dos Cânions, se reunirão para definir a inclusão da “Trilha do Vale dos Mestres”, na Trilha dos Cânions.

▪ ESTRATÉGIAS FINAIS E AÇÕES FUTURAS

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR



2.2. PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA

Conforme as informações disponibilizadas pela ONG Centro da Terra, parceira na elaboração desse projeto e também cooperada tecnicamente com o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), através do Termo de Cooperação Técnica abaixo citado:

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO, Nº 21/2023 que entre si celebram o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio e CENTRO DA TERRA – GRUPO ESPELEOLÓGICO DE SERGIPE, objetivando cooperação mútua para a realização de ações voltadas ao diagnóstico, recuperação e melhorias para o controle e ordenamento da visitação em Unidades de Conservação federais vinculadas no Estado de Sergipe. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 15/05/2023. Pelo ICMBio: Rafael Camilo Laia - Gerente Regional. Pelo CENTRO DA TERRA: Elias José da Silva - Presidente. PROCESSO: 02124.002209/2021-70.

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI), que abriga significativas áreas ambientais e belezas cênicas de Sergipe, é densamente visitado. Mesmo situado em uma Unidade de Conservação, as suas várias portas de acesso dificultam o ordenamento do uso.

De acordo com o plano de trabalho, firmado entre as instituições acima citadas, o Parque Nacional conforme plano de manejo, está classificado em setores, vide texto abaixo:

▪ **PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA (PNSI)**

No aspecto de uso público e visitação, o PARNA da Serra de Itabaiana é um dos locais mais visitados turisticamente em Sergipe, atraindo visitantes em busca de lazer, estudantes e pesquisadores, além de ecoturistas. Esse público provê grande fluxo de visitação ao longo do ano. Atualmente as visitas que vêm ocorrendo têm sido realizadas por membros das comunidades locais, por turistas levados por agências e operadoras de turismo, além de grupos que se autointitulam de “ecoturismo”, os quais em sua maioria não obedecem às regras de visitação e interpretação ambiental características da atividade de ecoturismo.

O mapeamento feito pela equipe de elaboração do plano de manejo identificou 5 (cinco) setores de interesse para a visitação no interior do PNSI, detalhando cada um dos atrativos nestes setores:

Setor 1 - Poço das Moças: Essa área é constituída pelo Poço das Moças, Gruta da Serra, Cachoeira Véu de Noiva, Buraco da Velha (também conhecido como Salão dos Negros) e Trilha da Via Sacra, no riacho dos Negros, e queda d’água Piçarreiras, no riacho Coqueiro, além de outros poços sem nome, que apresentam potencial para banho. O acesso a esses atrativos é feito pela estrada principal que conduz até a sede do Parque e o Poço das Moças (2400m). Além entrada principal, há vários outros caminhos pela mata e terrenos vizinhos que conduzem até a estrada principal e Poço das Moças, sem que seja necessário passar pela guarita da entrada. Isso tem ocasionado muitos transtornos à gestão do Parque, pois esses caminhos são usados por criminosos que vão até estes atrativos para praticar crimes contra os visitantes, não raramente com ameaça e violência. O Poço das Moças, propriamente dito, é um poço de aproximadamente 12m x 10m formado sobre o leito rochoso do riacho dos Negros, com vegetação arbórea ao seu redor.

Setor 2 - Riacho das Pedras: Refere-se à área do riacho de mesmo nome, situado no sudoeste da Serra de Itabaiana. O poço do caldeirão, situado ainda fora dos limites do PNSI ainda é um dos atrativos principais, contudo o interesse por outros locais com potencial de lazer tem aumentado, e inúmeros grupos adentram pela trilha até as quedas d'água e poços e mirantes naturais existentes ao longo da trilha que acompanha o curso do Riacho das Pedras. Esta é uma trilha com grande potencial de turismo e necessita urgentemente de medidas de controle do uso desordenado que está sendo praticado no local. O acesso principal é por estrada carroçável que se inicia na altura do km 39 da BR 235. Não há controle do acesso no local e as estruturas de suporte providas pelo PNSI se limitam a tambores para depósito do lixo produzido pelos visitantes.

Setor 3 - Mata do Encantado: situa-se na vertente ocidental da Serra de Itabaiana. O acesso é feito pelo povoado Bom Jardim (Itabaiana), sendo possível chegar de carro até cerca de 1 km antes dos limites do PNSI, a partir de então é possível seguir apenas a pé pela trilha. O local é bem preservado, principalmente por conta do relevo acidentado, entretanto tem se notado avanço de áreas desmatadas em direção ao Parque Nacional. As atividades de uso público e visitação praticadas no local são realizadas principalmente por pessoas que buscam aventuras de maior contato com natureza e praticantes de esportes radicais como rapel e montanhismo.

Setor 4 - Serra Comprida: A Serra Comprida tem pontos de interesse para os praticantes de voo livre e de ciclismo, que fazem uso do local para a prática destas atividades. Também há locais de banho recebem pessoas principalmente nos fins de semana e feriados. O acesso principal é pela estrada do povoado Chico Gomes. Não há controle de acesso.

Setor 5 - Topo da Serra de Itabaiana: O topo da Serra de Itabaiana desperta interesse por ser um dos locais mais elevados no estado de Sergipe, chegando a 659m, de onde é possível contemplar as cidades de Areia Branca, Itabaiana e, em dias de céu claro, até mesmo o oceano atlântico. O ambiente no local é bastante frágil, pois se constitui de nascentes e áreas encharcadas, e por isso muito sensível ao pisoteio. Há 11 torres de comunicação instaladas

no local e suas infraestruturas acessórias, o que descaracterizou e provocou grandes alterações no ambiente natural do Parque Nacional. O acesso ao topo da Serra é feito pela estrada da via Sacra. Acessos secundários utilizados são pela mata do encantado e pela trilha do Rio das Pedras. Sabe-se que é frequente a utilização destas trilhas por jipeiros e motoqueiros, o que tem o potencial de acarretar graves danos aos frágeis ambientes naturais destas altitudes.

2.2.1. AÇÕES DE FOMENTO ÀS CAPACITAÇÕES LOCAIS PARA AMPLIAR O QUADRO DE CONDUTORES AMBIENTAIS DO PARNASI

Destaca-se o Curso de Formação de Condutores de Visitantes executado pelo Centro da Terra – Grupo Espeleológico de Sergipe, em caráter de parceria com a SETUR, com o objetivo de capacitar jovens das comunidades locais do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana para atuarem na condução de visitantes, auxiliando no monitoramento, conservação e manejo das trilhas e potencialidades naturais do parque.

Entende-se como Condutor de Visitante a pessoa física não habilitada como guia de turismo no cadastro do Ministério do Turismo (Cadastur/ MTur), mas reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho (classificação sob título 5115: Condutores de turismo), sendo geralmente residente na localidade ou próximo do local visitado, que receberá capacitação específica com conteúdo mínimos exigidos em normas técnicas e legislação vigente. O Condutor de Visitante é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos locais de visitação.

2.2.2. METODOLOGIA

O serviço foi executado em duas fases distribuídas entre os meses de junho a agosto, tendo sido:

**COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR**

- **Fase 1** – Planejamento, que consistiu na elaboração do plano de aulas e deslocamentos da equipe executora ao município de Areia Branca para reuniões com a equipe da prefeitura para apresentação do cronograma e metodologia do curso, alinhamentos de logística e de local das aulas.
- **Fase 2** – Execução, que teve como meta a realização das aulas do Curso de Condutores de Visitantes com carga horária de 100 horas conforme detalhamento na tabela 1, tendo iniciado na primeira quinzena de julho, turma prevista de até 15 alunos.

I. EIXO	II. UNIDADE CURRICULAR	III. HORA/AULA
IV. 1 - Meio Ambiente	V. Introdução ao curso	VI. 1
	VII. Desenvolvimento Sustentável	VIII. 6
	IX. Gestão Ambiental no Turismo	X. 6
	XI. Conduta Consciente e Mínimo Impacto	XII. 6
XIII. 2 - Trabalho do Condutor	XIV. O Condutor de Visitantes	XV. 3
	XVI. Normas ABNT para o Condutor	XVII. 6
	XVIII. Interpretação Ambiental	XIX. 6
	XX. Equipamentos de Trabalho	XXI. 3
	XXII. Planejamento e Desenvolvimento da Atividade	XXIII. 6
XXIV. 3 – Planejamento de Trilhas	XXV. Trilhas Sustentáveis	XXVI. 3
	XXVII. Classificação de Trilhas	XXVIII. 6
	XXIX. Sistema de Sinalização de Trilhas	XXX. 6
	XXXI. Manejo e Manutenção de Trilhas	XXXII. 6
XXXIII. 4 – Multi eixo	XXXIV. Campo e simulações	XXXV. 36
XXXVI. TOTAL HORA AULA	XXXVII.	XXXVIII.100

Quadro 2: Estrutura curricular do Curso de Condutores de Visitantes

2.2.3. ESTRUTURAÇÃO E LOGÍSTICA

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

O curso foi ministrado na Escola Municipal José Romão do Nascimento, situada à Rua Heráclito Diniz, em Areia Branca – SE, no turno da noite, sendo aulas teóricas de segunda a sexta (Figura 6), e aulas práticas no Parque Nacional Serra de Itabaiana aos finais de semana (Figura 7), conforme o Quadro 3, a seguir.



Figura 6: Aulas teóricas na Escola Municipal José Romão do Nascimento



Figura 7: Aulas práticas no Parque Nacional Serra de Itabaiana

XXXIX. MODALIDADE	XL. LOCAL	XLI. HORÁRIOS
XLII. AULAS TEÓRICAS (64 horas)	XLIII. Escola Municipal José Romão do Nascimento	XLIV. 19H AS 21H30
XLV. AULAS PRÁTICAS (36 horas)	XLVI. Parque Nacional da Serra de XLVII. Itabaiana (PARNASI)	XLVIII. 08H AS 13H

Quadro 3: Divisão da estrutura curricular do Curso de Condutores de Visitantes em aulas teóricas e práticas

▪ RESULTADO

Foram formados poucos condutores de visitantes habilitados pelo curso, por conta de evasão pela proximidade do período eleitoral e pela dificuldade de transporte por parte de alunos interessados, residentes em povoados. O ICMBio PARNA Serra de Itabaiana confirmou o interesse em publicar edital para cadastrar os Condutores de Visitantes capacitados pelo curso como oficiais do Parque Nacional Serra de Itabaiana.

2.3. MAPEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS POTENCIAIS DE ECOTURISMO NOS MUNICÍPIOS DE MACAMBIRA, SÃO DOMINGOS E CAMPO DO BRITO (ROTA DA FARINHA)

Do trabalho resultante do Projeto Rota da Farinha, se consolidou o estudo técnico para instituir a Unidade de Conservação das áreas naturais da Região da Serra da Miaba. Esse estudo, que tem suas origens fundamentadas através da criação de um Grupo de Trabalho para o projeto Rota da Farinha, encabeçado pelos municípios e pela Secretaria de estado do Turismo e apoiado institucionalmente pela Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMAC), resultou em um diagnóstico bastante aprofundado das áreas naturais a respeito do que está se consolidando como Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Miaba. As bases desse objeto se fundamentam na necessidade de ordenar o uso

das áreas naturais existentes e potenciais no turismo de natureza, além de ordenar o turismo que ocorre na região, de modo a compatibilizar com as diretrizes e preceitos da

2.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS POTENCIAIS DE SUPORTE AO ECOTURISMO E DE VISITAÇÕES AOS AMBIENTES NATURAIS

O grupo de trabalho identificou pontos de vulnerabilidade fortes nas áreas naturais, devido a inúmeros fatores socioeconômicos, seja uso da terra, turismo desordenado, práticas insustentáveis de agricultura, assoreamento natural, desmatamento, inacessibilidade de estradas, ausência de sinalização, ausência de infraestrutura básica, entre outros.

- **VISITA TÉCNICA 01**

A visita técnica 01 realizada pela equipe da SETUR teve a participação dos representantes dos municípios de Campo do Brito, Macambira e São Domingos, e do Técnico em Guia de Turismo, Elias Silva. No primeiro dia de visita, foram visitadas regiões que compreendem o município de Macambira: Cachoeira de Macambira, Fazenda Modelo e Pedra da Arara. No segundo dia, seguiu-se para uma área que está dentro do município de Lagarto (Cachoeira do Saboeiro), cujo aceso principal para uso turístico se dá por São Domingos, e no terceiro dia a visita foi à Serra da Miaba, onde foi possível visualizar melhor a área proposta para a criação da rota, ligando a visitação por áreas naturais.

A seguir serão apresentados alguns registros fotográficos feitos nos pontos de visitação observados durante a visita *in loco* que podem influenciar na tomada de decisões para o desenvolvimento do roteiro turístico proposto.

- **ASPECTOS OBSERVADOS:**

A equipe visitou a Fazenda Modelo, situada no município de Macambira, um equipamento que hoje é utilizado para aluguel particular, mas que possui estrutura completa de hospedagem: possui 10 (dez) quartos com varanda, equipados com cama de casal, alguns

além de cama de casal possuem cama de solteiro, 9 (nove) suítes, sauna, piscina, cozinha industrial, churrasqueira, grande salão, parque infantil, igrejinha e passeio a cavalo, com ótima localização para agregar a Rota da Farinha. Em breve análise dos pontos identificados e ilustrados abaixo (Figura 8), pode-se observar a fazenda bem estruturado para servir de ponto de apoio para a Rota da Farinha.

A primeira área natural a ser visitada foi a Pedra da Arara, que geograficamente está no território do município de Lagarto, na margem direita do rio Vaza Barris, que é o limite entre esse município com São Domingos. No entanto, a principal estrada de acesso ao atrativo está no território de Macambira, que também faz limite com o município de Lagarto exatamente no ponto onde se cruza o rio Vaza Barris com o rio Jacoca (também situado no município de Macambira). A Pedra da Arara é uma trilha de fácil acesso que se inicia com a travessia pelo riacho Jacoca. Seguindo a trilha, mais uma travessia se dá pelo próprio rio Vaza Barris.

Durante toda a trilha percebe-se objetos jogados por todo lado e restos de fogueira. A região tem potencial para implementar o ecoturismo, se bem estruturado, e com estudo de capacidade de carga, sinalização, sensibilização para educação ambiental, e transformando em uma unidade de conservação (Figura 59).



Vista frontal da
Fazenda Modelo



Área de lazer da
Fazenda Modelo



Placa de identificação
da Pedra da Arara



Pedra da Arara

Figura 8: Identificação das áreas potenciais turísticas (visita 01)

Já a cachoeira de Macambira é um local bastante conhecido e visitado nos finais de semana. Existe na parte de cima da cachoeira um bar, rústico, que, segundo seu proprietário, há 17 (dezesete) anos ocupa aquele local. A região tem um grande potencial para o ecoturismo, porém o turismo praticado no local, de massa, tem degradado o meio ambiente.

O segundo dia de visita teve início na Cachoeira do Saboeiro, que apesar de estar situada no município de Lagarto, tem seu acesso mais rápido pelo município de São

Domingos, uma trilha de dificuldade alta, tanto para descer quanto para subir (o apoio é um cabo de aço), em um terreno íngreme. Após a descida há a contemplação da cachoeira, local de beleza ímpar. A estrada é muito ruim, passa por dois riachos, dificuldade extrema para veículos pequenos.

No terceiro dia de visita, saímos de Aracaju na madrugada com destino à Serra da Miaba. A subida na serra teve início antes do sol raiar em virtude do forte calor em dias quentes. Fomos pelo Povoado Cercado, no município de Campo do Brito. Em certo ponto foi preciso andar a pé, pois veículos pequenos não passavam no local, aumentando o percurso da trilha.

A dificuldade da trilha é alta em virtude da distância, e o cansaço muitas vezes tomou conta. A primeira parada foi na “Crista da Serra da Miaba” lugar de muita contemplação à natureza. A descida até o Poço 17 foi tranquila, nesse percurso percebemos a degradação em virtude da má utilização do local, o qual em dias de feriado e finais de semana recebe grande quantitativo de pessoas, acampando em lugares não apropriados e deixando resíduos no local. A maior dificuldade da trilha esteve na volta, pois não há ponto de sombra e o calor escaldante foi um fator negativo. Esse é um dos motivos pelo qual muitas pessoas preferem acampar ao invés de percorrer toda a trilha de uma vez (Figura 59).



Cachoeira do
Saboeiro



Cachoeira de
Macambira- Vista de
cima



Bar na cachoeira de
Macambira- Vista
geral de lado



Bar na Cachoeira de
Macambira



Vista Trilha da Serra
da Miaba



Poço 17

Figura 9: Identificação das áreas potenciais turísticas (visita 02)

▪ VISTA TÉCNICA 02

Visita realizada pela equipe técnica da SETUR e técnicos do município de São Domingos, além do guia Elias Silva. Realizada em dois dias, 09 e 11 de março. Ainda em São Domingos foi feita uma visita à Cachoeira da Tapera, uma cachoeira que só apresenta queda d'água em períodos de chuva, lugar com bastante vegetação, trilha curta de fácil acesso. Em seguida a equipe visitou a Bica do Brejo, lugar que já foi muito visitado pelos moradores da localidade. Foi construída uma estrutura de concreto no local, onde cai água da bica.

Com a baixa visitação, a vegetação do local (uma trilha curta e de fácil acesso) está sendo restabelecida. Foi visitado um trecho do Rio Vaza-Barris que os frequentadores locais chamam de Rio do Barro, onde muitas famílias locais visitam esse local, fazem fogueiras, cozinham, acampam, como visto na Figura 60.



Cachoeira do Tapera



Equipe na Bica do Brejo



Rio Vaza-Barris, trecho
localmente chamado
de Rio do Barro



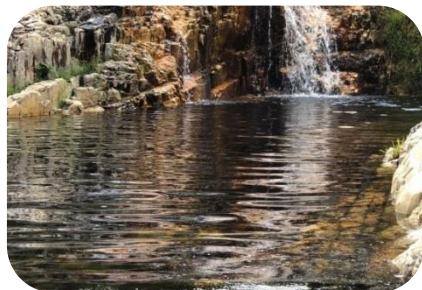
Rio do Barro (população
acampando)

Figura 10: Identificação das áreas potenciais turísticas (visita 02)

▪ VISITA TÉCNICA 03

Nesse dia, foi realizada uma visita à Cachoeira da Água Fria, situada na cidade de Campo do Brito. No caminho até a cachoeira, passa-se por uma pedreira desativada (é um atrativo de fácil acesso, porém a trilha tem muitas pedras durante seu percurso) e a cachoeira é perene. A dificuldade encontrada se dá por conta das pedras soltas, ocasionando risco constante de queda, como visto na Figura 61. Seguiu-se para o Haras Saracura, um grande potencial de receber turistas, trilhas a cavalos, propriedade particular. A parada seguinte foi na Barragem de Campo do Brito, lugar com potencial turístico, bastante frequentado pela

população local e de municípios vizinhos, tem bares e restaurantes. O ponto negativo, são vários carros com som alto.



Cachoeira da Água
Fria



Cachoeira da Água
Fria (vista de cima)



Trilha Cachoeira
da Água Fria



Haras Saracura



Barragem (vista de
frente)

Figura 11: Identificação das áreas potenciais turísticas (visita 03)

2.3.2. ANÁLISES DAS IMAGENS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVAS

A partir da visita de campo, considerando a aplicação dos pontos obtidos por GPS, aplicados ao software de georreferenciamento, é possível observar os pontos identificados e o mapeamento das áreas possíveis de se enquadrar dentro da futura Unidade de Conservação, as áreas mais significativas estão dentro da proposta área de conservação, é possível verificar através dos Mapa (FIGURA XX) os pontos observados e a proposta da Unidade de Conservação, causa



Figura 12: Trilha da Pedra da Arara. Formação de voçoroca



Figura 13: Trilha da Pedra da Arara



Figura 14: Trilha da Pedra da Arara



Figura 15: Trilha da Pedra da Arara



Figura 16: Trilha Pedra da Arara (vista da Pedra da Arara)



Figura 17: Cachoeira de Macambira

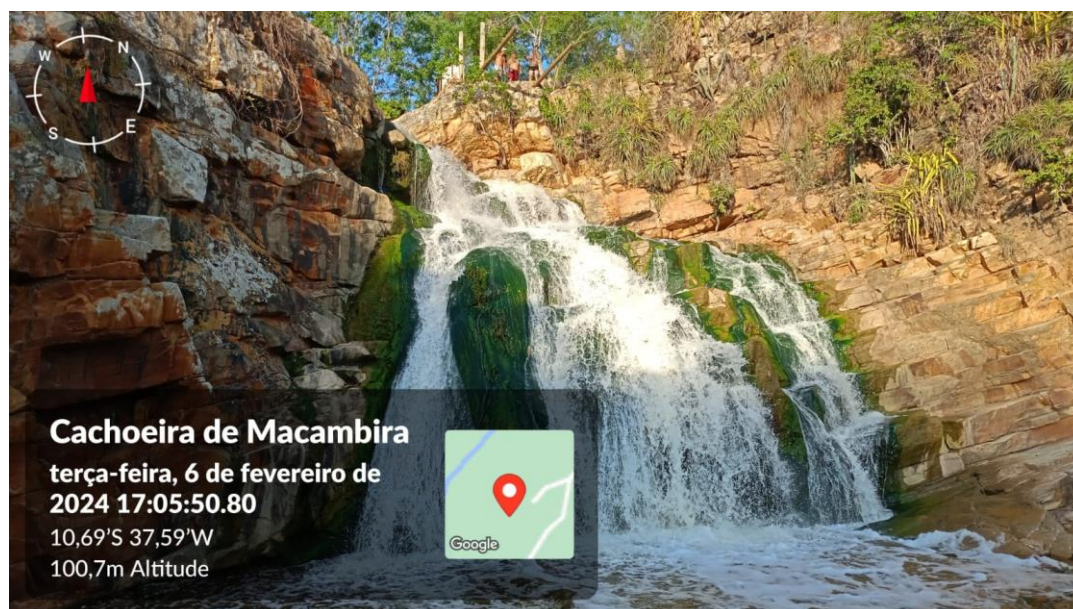


Figura 18: Cachoeira de Macambira vista baixa



Figura 19: Vista do rio após queda da Cachoeira de Macambira

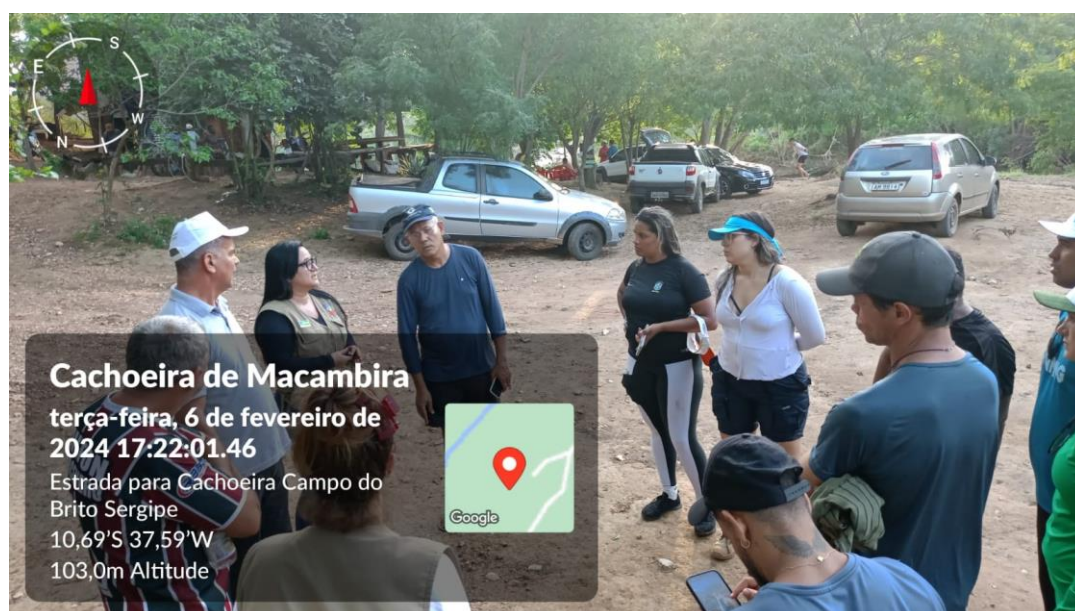


Figura 20: Reunião de Equipe e gestores locais às margens da parte alta da Cachoeira



Figura 21: Trilha da Cachoeira do Saboeiro, aspectos geológicos e geomorfológicos



Figura 22: Formações geológicas na trilha da Cachoeira do Saboeiro



Figura 23: Trilha da Cachoeira do Saboeiro, local de travessia pelo Rio, para acessar a cachoeira do Saboeiro

A) ANÁLISE DAS IMAGENS OBTIDAS NA VISITA TÉCNICA 02

O segundo dia de visitas técnicas *in loco* para o levantamento de informações de campo foi assim operacionalizado para aprimorar a percepção da poligonal, considerando as regiões que compõe parte da Serra da Miaba. A possibilidade de percursos até o Poço 17, atravessando a Serra, são inúmeras, assim como caminhos que levam à Cachoeira da Água Fria e da Tapera.

Importantes feições geológicas são notadas no trajeto que adentra e circunvizinha a Serra da Miaba, caminhos com diferentes relevos e composições rochosas são perceptíveis durante o percurso. Rochas de diferentes Granulometrias apresentam visivelmente a ação do intemperismo e a consolidação de serras num passado geológico milenar. Tais ambientes são significativos na preservação da natureza, na viabilização das atividades de ecoturismo e, por si só, justificam a imensa importância da Unidade de Conservação.

No mapa que aponta os pontos obtidos com GPS, nas áreas visitadas no tópico adiante, apresenta distribuição que subsidiam a configuração da poligonal e retificam a importância

de que a mesma abarque toda a região de Serra e sobretudo essas configurações hídricas significativas: Cachoeira de Macambira, Cachoeira da Água Fria, Cachoeira do Saboeiro, Cachoeira do Tapera e demais áreas alagadas que transitam em diferentes composições e ocupam diferente espaços ao longo das estações do ano.

Um estudo mais aprofundado das regiões poderá apontar com maior precisão a importância da preservação dessas áreas, sobre a área da Bacia Hidrográfica, sobre as conexões hídricas existentes e sobre os aspectos geológicos e geomorfológicos mais significativos.



Figura 24: Vista Panorâmica de Parte do lado Oeste da Serra da Miaba



Figura 25: Área do percurso de Trilha a caminho do Poço 17 usada para acampamento.



Figura 26: Vista lateral do Poço 17



Figura 27: Vista área do Poço 17



Serra da Miaba
Cachoeira da Água Fria
15 de mar. de 2024 10:25:59
São Domingos Sergipe
10,71'S 37,60'W
174,1m Altitude

Figura 28: Vista frontal da Cachoeira da Água Fria

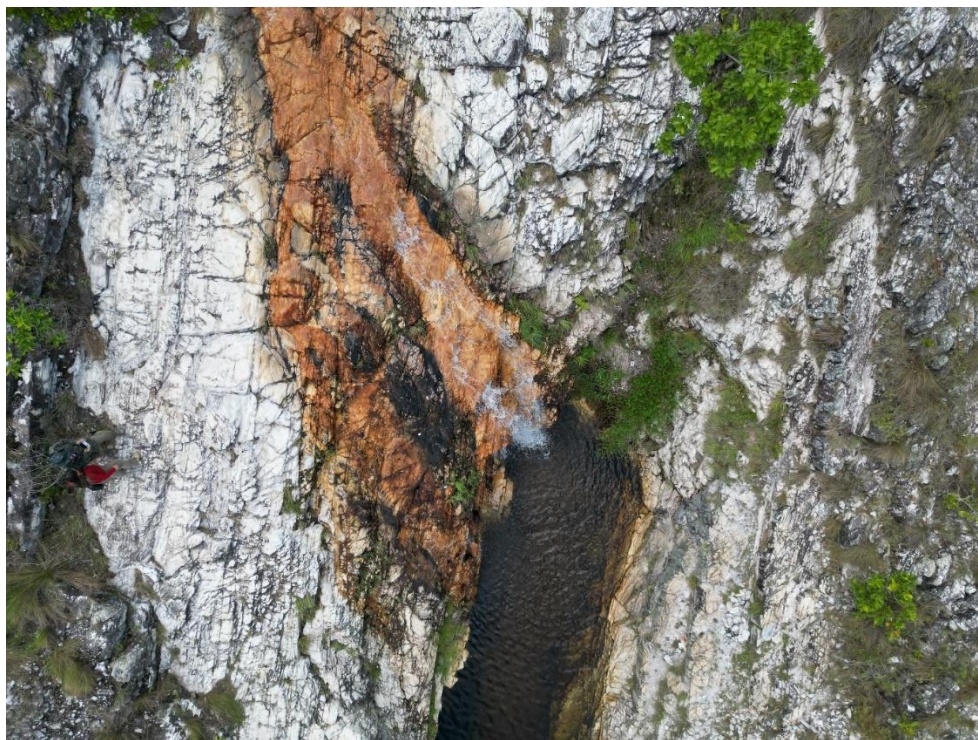


Figura 29: Vista aérea da Cachoeira Água Fria

Trilha para a Serra de Itabaiana
em Itabaiana - SE

**PLANO DE TRABALHO PARA DE
CONSOLIDAÇÃO DA MINUTA DE ECOTURISMO
DE SERGIPE**

3. PLANO DE TRABALHO PARA DE CONSOLIDAÇÃO DA MINUTA DE ECOTURISMO DE SERGIPE

O diagnóstico simplificado dos casos regionais materializa a ideia das potencialidades ecoturísticas de Sergipe, considerando que nas diretrizes de Ecoturismo, as **potencialidades ecoturísticas** referem-se às características naturais, culturais e ambientais de uma região que possuem o potencial de atrair turistas interessados em atividades de ecoturismo. O ecoturismo é uma forma de turismo sustentável, focada na observação e apreciação da natureza, promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento das comunidades locais.

As principais **potencialidades ecoturísticas** incluem:

1. **Biodiversidade:** Presença de uma grande variedade de espécies de fauna e flora, que podem ser exploradas em atividades como observação de aves, trilhas e safáris fotográficos.
2. **Áreas de Conservação:** Parques nacionais, reservas ambientais, e unidades de conservação que proporcionam um ambiente protegido para a prática de ecoturismo.
3. **Beleza Cênica:** Paisagens naturais como montanhas, praias, florestas, cavernas, rios e lagos que oferecem cenários adequados para atividades de lazer e aventura.
4. **Riqueza Cultural:** Tradições locais, saberes tradicionais e a convivência harmoniosa das comunidades com o meio ambiente, que podem ser exploradas em turismo cultural e comunitário.
5. **Aventuras ao Ar Livre:** Atividades como trekking, rapel, observação de fauna, caiaque e camping, que atraem turistas que buscam contato direto com a natureza.
6. **Infraestrutura Sustentável:** Equipamentos e serviços que atendem ao ecoturismo de forma ambientalmente responsável, como alojamentos ecológicos, guias especializados, e transporte de baixo impacto ambiental.

Essas potencialidades são essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo, pois garantem experiências únicas e sustentáveis para os visitantes, ao mesmo tempo em que promovem a preservação ambiental e o benefício das comunidades locais. Os embasamentos legislativos do Brasil, fortalecem essa questão de aprimorar as políticas públicas regionais para fortalecer o ecoturismo, ressalta-se ainda de forma geral que as leis ambientais brasileiras incluem o ecoturismo como uma prática possível dentro das Unidades de Conservação, sempre com foco na conservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais.

Não somente as áreas decretadas como UC's, estas assumem maior potencialidade, por já estarem legalmente protegidas, mas excepcionalmente por serem mais viáveis da criação de planos de ordenamento do uso turístico sustentável, mas outras Leis estabelecem que o turismo de natureza, devem sempre observar as diretrizes de sustentabilidade, ainda que estas áreas não sejam unidades de conservação.

Sergipe possui alto potencial de áreas costeiras e estuarinas, com manguezais, sistemas dunares e restinga preservadas, que formam cenários paradisíacos e que podem ser regulamentadas a partir da visitação ecoturística, a exemplo da desembocadura do Rio São Francisco, de áreas hídricas alagadas e etc. Nitidamente o "turismo ecológico", está vinculado ao conceito de **turismo sustentável**, que busca garantir que o turismo não prejudique os ecossistemas, mas contribua para a conservação e o desenvolvimento das comunidades locais.

3.1. LEIS QUE FAVORECEM O FORTALECIMENTO ECOTURÍSTICO PARA SERGIPE

LEI DO SNUC 9985

- O **Artigo 1º**, inciso I, da Lei do SNUC, destaca como um dos objetivos das Unidades de Conservação a "promoção do turismo ecológico", que está intimamente ligado ao ecoturismo. Veja a redação:
- **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e tem como objetivos:
- **I** - garantir a conservação da diversidade biológica e a integridade dos processos ecológicos, com o uso sustentável dos componentes naturais, possibilitando o turismo ecológico e outras formas de uso sustentável do patrimônio natural.

LEI PNMA 6938

- O **Artigo 4º**, que trata dos **instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente**, é um dos mais relevantes no que se refere à promoção de práticas sustentáveis, incluindo o turismo. O inciso **VII** desse artigo fala sobre o "ordenamento da ocupação do solo", que pode ser aplicado ao planejamento de atividades turísticas de forma que respeitem o meio ambiente:
- **Art. 4º** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:
VII - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o ordenamento da ocupação do solo, que inclui a utilização dos recursos naturais, de modo a preservar a qualidade do meio ambiente para as futuras gerações.

LEI ESTADUAL PNGC/SE NO 6.604

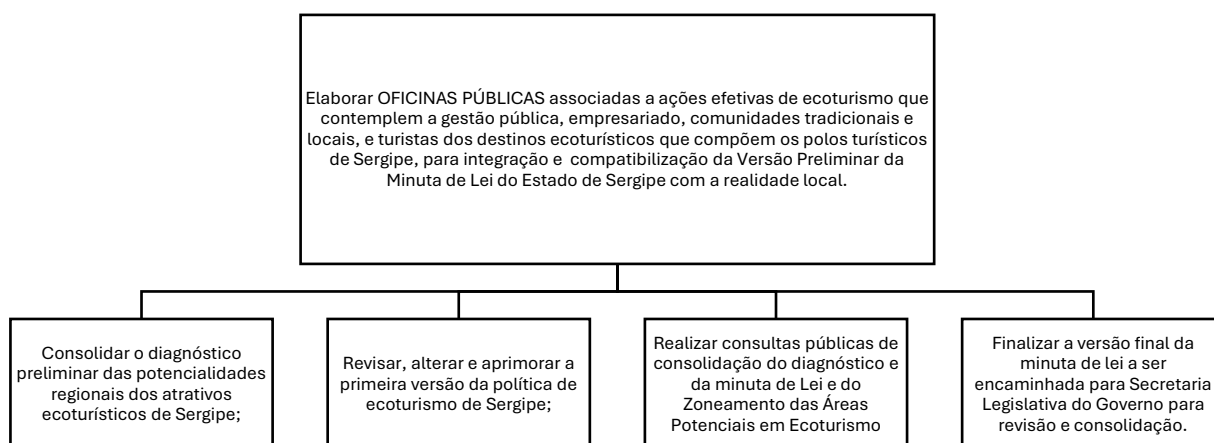
- **Art. 9º** São diretrizes da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC):
...
VIII - incentivar o **turismo sustentável** como atividade econômica que deve respeitar os princípios de preservação ambiental, o uso racional dos recursos naturais e a participação das comunidades locais no processo de gestão.
- Este artigo destaca a importância de **incentivar o turismo sustentável** como uma atividade que deve ser realizada de maneira responsável, respeitando o meio ambiente e assegurando que as comunidades locais sejam envolvidas no processo de gestão. Isso está em linha com os princípios do turismo sustentável, que busca equilibrar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

POLITICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Lei nº 7.125

- Essa última, cuja Secretaria de Estado do Turismo tenha uma cadeira representativa no Conselho de Educação Ambiental, incluiu as práticas de ecoturismo e turismo sustentável nas últimas revisões realizadas da Lei.

Embora seja expressado apenas resumo simplificado das referidas Leis que podem fortalecer a elaboração do ecoturismo de Sergipe, no eixo legislativo, é passivo dessa proposta, mas muito mais evidente é quando se expressa o potencial, conforme os conteúdos demonstrados ao longo deste Projeto. De forma muito simplificada iniciou-se na SETUR, a idealização de um mapeamento simplificado das áreas potenciais em Ecoturismo, que serão apresentados nos próximos tópicos.

3.2. OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS



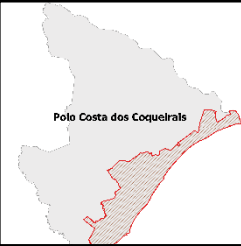




3.3. DEFINIÇÃO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

As Consultas Públicas serão realizadas em todos os Polos Turísticos Sergipanos. Embora não haja registradas potencialidades efetivas no Polo Sertão das Águas, esse fator poderá ser alterado com as percepções locais a serem levantadas e complementadas. A divisão municipal dos polos turísticos de Sergipe configura a aproximação de atividades turísticas, mas também confere as particularidades ambientais significativas de cada território, seja pela presença do Velho Chico no Polo Velho Chico, ou mesmo pela existência de cachoeiras

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

importantes e serras no Polo das Serras, ou pela presença de ambientes costeiros marcantes no Polo Costas dos Coqueirais.

Para melhor apresentar a distribuição territorial existente, apresenta-se a figura abaixo com os municípios de cada Polo Turístico. No total serão realizadas 06 (seis) consultas públicas, sendo necessárias 02 (duas) reuniões no Polo Velho Chico, considerando que o Polo Velho Chico possui maior território geográfico, o que dificulta a aderência. Sendo assim por questão de logística, serão trabalhados o Baixo e o Alto São Francisco.

				
POLO COSTAS DOS COQUEIRAIS <ul style="list-style-type: none"> • Aracaju • Barra dos Coqueiros • Brejo Grande • Estância • Indiaroba • Itaporanga d'Ajuda • Laranjeiras • Nossa Senhora do Socorro • Pacatuba • Pirambu • Santa Luzia do Itanhý • Santo Amaro das Brotas • São Cristóvão 	POLO VELHO CHICO <ul style="list-style-type: none"> • Amparo de São Francisco • Canhoba • Canindé de São Francisco • Cedro de São João • Gararu • Ilha das Flores • Itabi • Japoatã • Monte Alegre de Sergipe • Neópolis • Nossa Senhora da Glória • Nossa Senhora de Lourdes • Poço Redondo • Porto da Folha • Propriá • Telha • Santana do São Francisco 	POLO DAS SERRAS SERGIPANAS <ul style="list-style-type: none"> • 1. Areia Branca* • 2. Frei Paulo* • 3. Itabaiana* • 4. Macambira • 5. Pedra Mole • 6. Ribeirópolis* • 7. São Domingos • 8. São Miguel do Aleixo • 9. Campo do Brito • 10. Carira • 11. Feira Nova • 12. Malhador • 13. Moita Bonita* • 14. Nossa Senhora Aparecida • 15. Pinhão 	POLO DOS TABULEIROS <ul style="list-style-type: none"> • Capela* • Divina Pastora* • Japarutuba • Muribeca • Nossa Senhora das Dores* • Riachuelo* • Rosário do Catete • Santa Rosa de Lima* • São Francisco • Siriri* • Aquidabã* • Carmópolis* • Cumbe* • General Maynard • Graccho Cardoso • Malhada dos Bois • Maruim* 	POLO SERTÃO DAS ÁGUAS <ul style="list-style-type: none"> • Arauá • Boquim* • Cristinápolis* • Itabaianinha • Lagarto* • Pedrinhas • Riachão do Dantas • Salgado* • Simão Dias • Tobias Barreto* • Umbaúba* • Poço Verde • Tomar do Geru*

3.4. IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS POTENCIAIS ÁREAS A SEREM VISITADAS

O ecoturismo se potencializa em áreas naturais por vários motivos, muitos dos quais estão diretamente ligados às características e benefícios que esses ambientes oferecem tanto para os visitantes quanto para a conservação ambiental. Alguns dos principais fatores incluem:

- **Beleza cênica e biodiversidade:** áreas naturais, como florestas, montanhas, praias e parques nacionais, são frequentemente locais de grande beleza paisagística e diversidade de vida. Esses ambientes atraem turistas que buscam experiências autênticas e imersivas, permitindo-lhes observar e interagir com a natureza de forma direta;
- **Educação ambiental:** o ecoturismo oferece oportunidades educativas sobre a fauna, flora, ecossistemas e os desafios ambientais enfrentados pelas áreas naturais. Isso aumenta a conscientização ambiental entre os turistas, contribuindo para a preservação dessas áreas;
- **Conservação da natureza:** a prática do ecoturismo pode gerar recursos financeiros que ajudam na preservação e conservação de áreas naturais. A arrecadação de ingressos, taxas de entrada e doações pode ser reinvestida no manejo sustentável e na proteção das áreas visitadas;
- **Desenvolvimento sustentável das comunidades locais:** o ecoturismo pode ser uma fonte importante de renda para as comunidades locais, criando empregos diretos e indiretos (como guias, hospedagem, transporte e alimentação) e estimulando a economia local sem prejudicar os recursos naturais. Isso ajuda a criar um equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico;
- **Apreciadores de natureza e busca por experiências autênticas:** a demanda por experiências mais autênticas, que conectam as pessoas à natureza, tem aumentado. A população busca alternativas ao turismo tradicional, muitas vezes associado a grandes aglomerações e impactos ambientais. O ecoturismo oferece uma experiência mais pessoal e enriquecedora, centrada na conexão com o meio ambiente;
- **Preservação de ecossistemas frágeis:** muitas áreas naturais possuem ecossistemas frágeis que, embora vulneráveis, são extremamente valiosos para a biodiversidade global. O ecoturismo pode ajudar a proteger esses ecossistemas, por meio de

atividades que não geram grandes impactos, como caminhadas e observação de animais, ao mesmo tempo em que se evita a exploração predatória desses recursos.

Esses fatores convergem para fazer do ecoturismo uma prática importante para valorizar e proteger as áreas naturais, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para as regiões envolvidas.

De acordo com as orientações básicas do Manual Ecoturismo: Orientações Básicas (MTUR, 2010), o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. O ecoturismo é uma ferramenta legal, e embora no Brasil não apresente uma legislação específica, alguns territórios criaram seus próprios instrumentos legais para ordenar e regulamentar o turismo de natureza (ecoturismo), de modo a consolidar o uso sustentável nesses territórios, a exemplo da Lei nº 10.892, de 20 de setembro de 2001, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável. Essa legislação serve de parâmetro inicial para desenvolver as premissas básicas da Política Sergipana de Ecoturismo ou Turismo de Natureza, atividade já registrada nos territórios do estado.

Outra lei importante e significativa para fortalecer a visitação turística, com viés do ecoturismo é a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Considerando que no estado de Sergipe, conforme dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMACE), existem 6 (seis) Unidades de Conservação (UC) a nível federal e conforme consulta ao Instituto Chico Mendes (ICMBio), mais 4 (quatro) Unidades de Conservação federais em Sergipe, considera-se citar ainda que existe a previsão do primeiro Mosaico de Unidades de Conservação municipal, que abrangerá o território turístico das Serras Sergipanas, o Mosaico de UCs do complexo da Serra da Miaba, que inclui rios, cachoeiras, poços, formações geológicas, serras e muitas outras potencialidades.

Contudo, a visitação em áreas naturais, especialmente em Unidades de Conservação, obedece aos preceitos previstos no plano de manejo, que ordena a visitação pública. **O princípio básico dos planos de manejo das unidades de conservação é garantir a proteção ambiental e a sustentabilidade** desses espaços, equilibrando as necessidades de conservação com o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais.

Os planos de manejo são instrumentos de planejamento que orientam a gestão das Unidades de Conservação (UCs), estabelecendo diretrizes e ações específicas para alcançar esses objetivos. Eles são elaborados com base em um diagnóstico ambiental e socioeconômico, buscando alinhar as práticas de conservação com as realidades locais. O plano deve ser um documento técnico, com estratégias claras para o manejo de cada UC, considerando sua categoria de unidade de conservação, a biodiversidade presente e os impactos das atividades humanas.

Em resumo, o **princípio básico** é criar um **equilíbrio entre a preservação dos ecossistemas e a promoção de práticas que envolvam as comunidades locais**, garantindo que as UCs cumpram seu papel de conservação de forma eficaz e sustentável a longo prazo.

Esse princípio é fundamentado em alguns postos-chave:

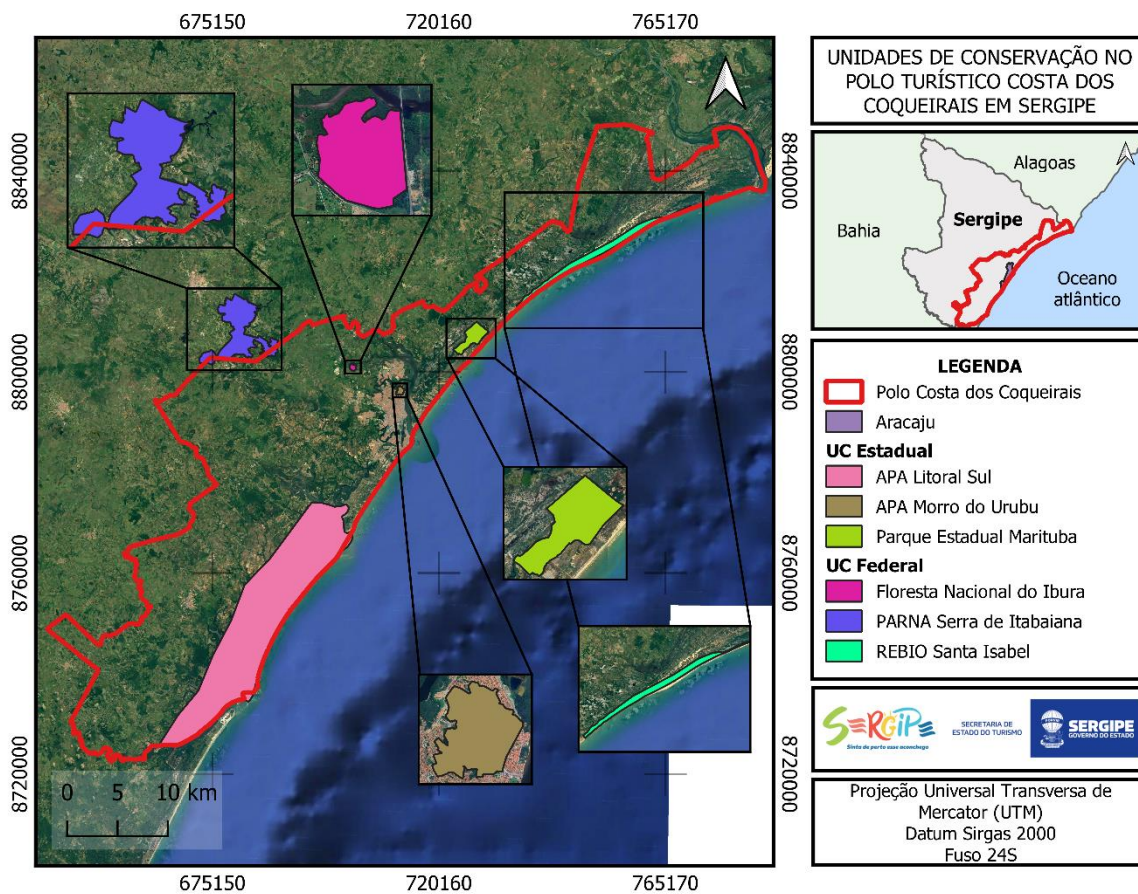
- **Conservação da biodiversidade:** o plano deve definir as ações necessárias para preservar os ecossistemas, espécies e recursos naturais, com foco na prevenção de danos e na recuperação de áreas degradadas;
- **Uso sustentável:** quando o uso dos recursos naturais é permitido, deve ser feito de maneira que não comprometa a integridade do ambiente, atendendo às necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras;
- **Participação social:** a participação das comunidades locais, povos tradicionais e outros *stakeholders* é essencial. O plano de manejo deve ser elaborado de forma participativa, promovendo o diálogo e a inclusão dessas pessoas nas decisões sobre o uso da unidade de conservação;

- **Gestão integrada e adaptativa:** o plano de manejo deve ser flexível, permitindo ajustes conforme novas informações e mudanças nas condições ambientais, sociais ou econômicas;
- **Monitoramento e avaliação:** o acompanhamento contínuo das ações e resultados é fundamental para avaliar a eficácia do plano de manejo e ajustar as estratégias conforme necessário;

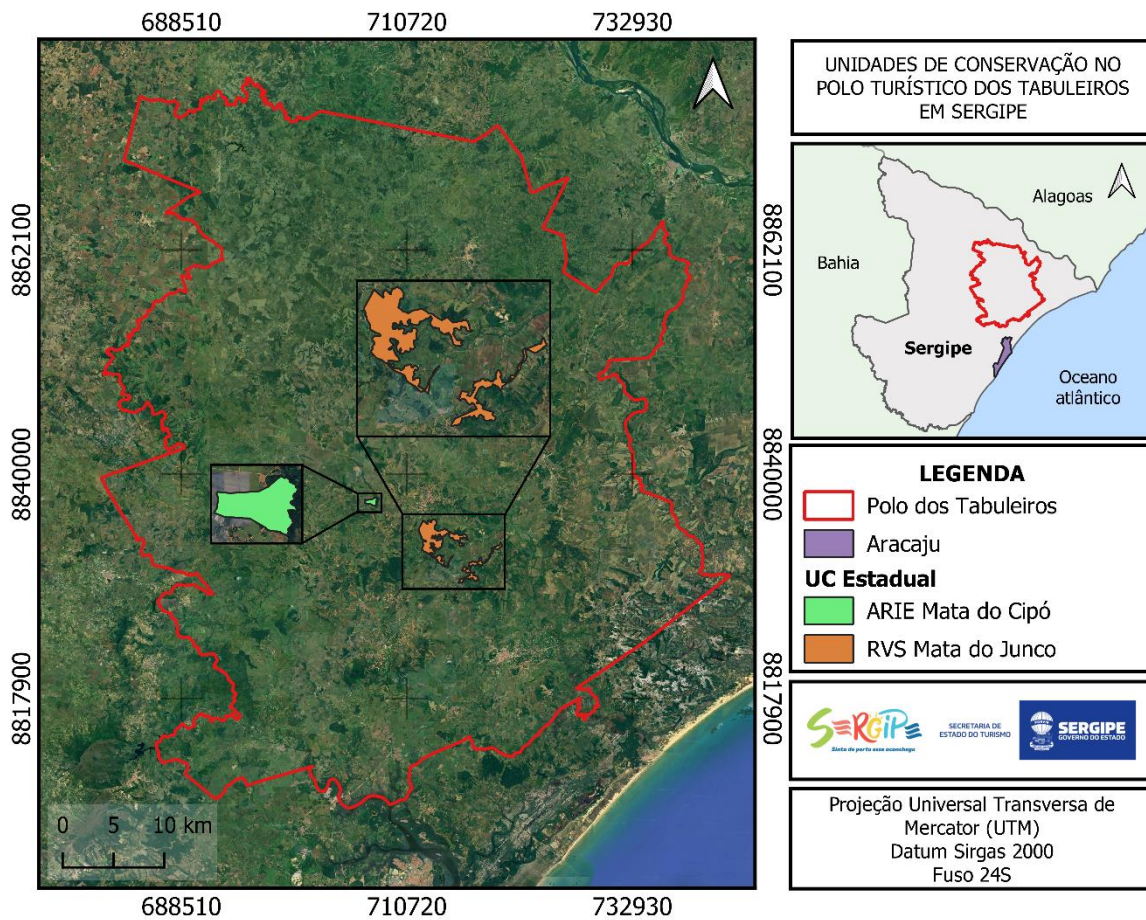
Considerando o cenário de Unidades Conservação no estado de Sergipe e da potencialidade para o ecoturismo, faz-se necessário reforçar as diretrizes específicas que ordenam e fortalecem a visitação pública em áreas naturais, especialmente aquelas decretadas como Unidade de Conservação e suas especificidades, que se destacam inclusive na possibilidade de a visitação pública não ser permitida.

No caso de Sergipe, a única Unidade de Conservação onde é proibida a visitação pública com viés turístico é a Reserva Biológica Santa Isabel, localizada no litoral norte sergipano. Observe o mapeamento das potencialidades preliminares com base nas áreas regulamentadas existentes por polo. O primeiro é o Polo Costa dos Coqueirais, onde a REBIO Santa Isabel está inserida. Neste existe ainda a APA Morro do Urubu, o Parque Estadual Marituba, a APA Litoral Sul que é mais flexível, a Floresta Nacional do Ibura e um resquício do PARNASI. Além das áreas legalmente regularizadas como UCs, existem potencialidades registradas no pantanal de Pacatuba que indicam práticas em áreas vegetadas e alagadas que, se coordenado, podem alcançar práticas de ecoturismo.

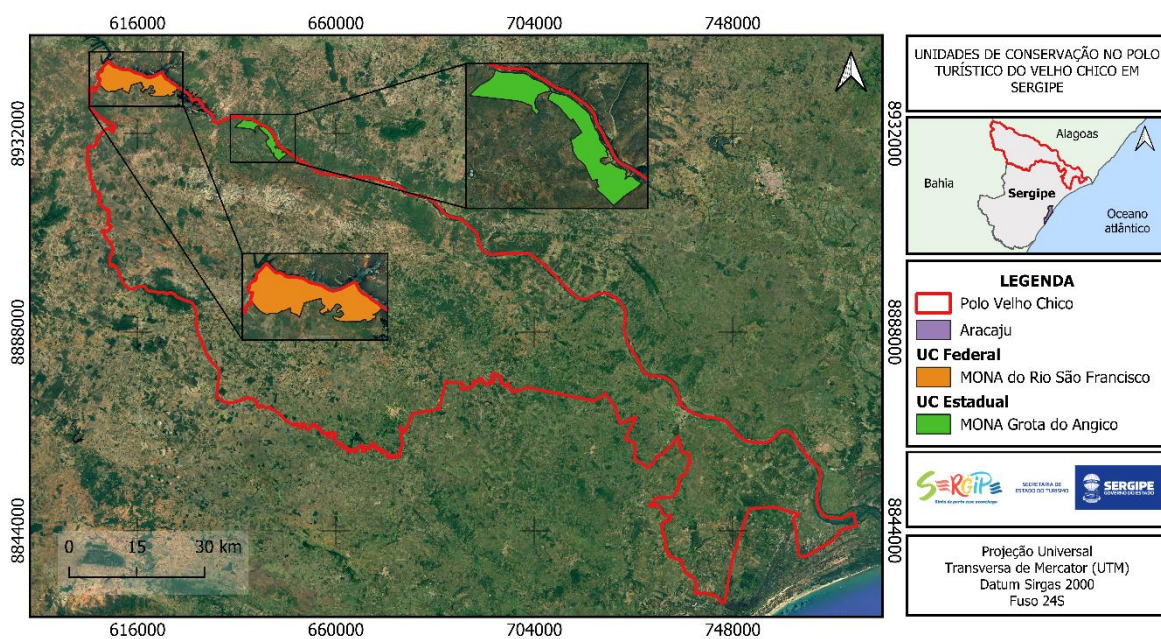
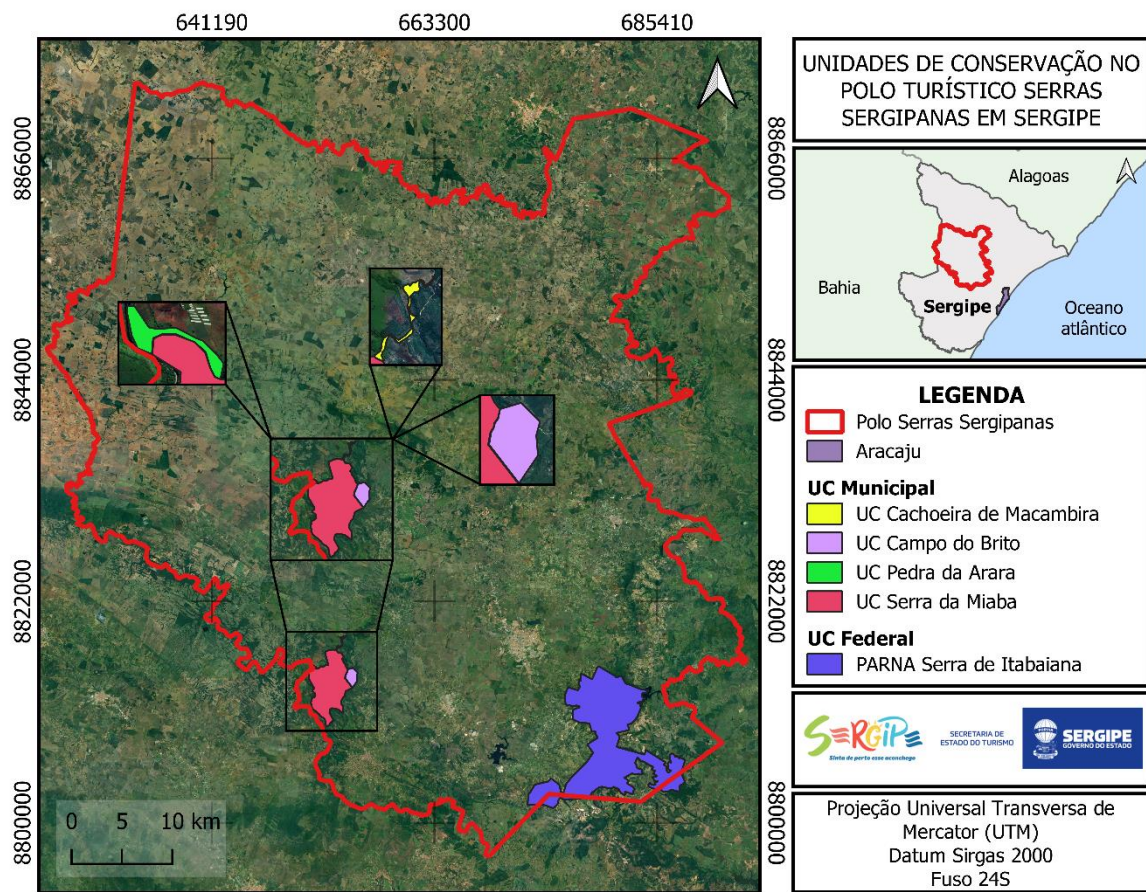
COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR



COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR



COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR



3.5. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE EXECUTORA E COMISSÃO DE TRABALHO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Thassia Luiza Santana Costa - Assessora Técnica

Função na Comissão: Responsável Técnica pelo trabalho de finalização da Minuta de
Ecoturismo

Engenheira Ambiental

Especialista em Ecoturismo e Turismo de Natureza

Especialista em Educação Ambiental

MSc. em Geociências e Análises de Bacias

Raquel Melo de Azevedo - Coordenadora do COOTUR

Função na Comissão: Turismóloga

Fabiana Almeida da Silveira - Assessora Especial

Função na Comissão: Turismóloga de economia criativa. MSc. em Gestão de Turismo

Léa Maria Duarte Leite - Assessora Especial

Função na Comissão: Socióloga. MSc. em Desenvolvimento Regional

Comissão de Trabalho ONG Centro da Terra

Diretoria – Gestão 2022/2024

Elias José da Silva – Presidente da ONG

Função na Comissão: Guia de Turismo Especialista em Áreas Naturais e Ecoturismo

Estevão Colares – Secretário Geral

Função na Comissão: Educação Ambiental

3.6. JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA ABORDADA

O **método executivo de consultas públicas** é uma abordagem organizada e estruturada para envolver a população e outras partes interessadas no processo de tomada de decisões sobre questões públicas. No contexto de **planos de manejo de unidades de conservação** ou outras políticas ambientais, esse método visa garantir que as pessoas afetadas ou interessadas por determinado tema tenham a oportunidade de expressar suas opiniões, contribuir com informações e influenciar nas decisões que serão tomadas. A seguir estão os principais componentes e etapas de um método executivo de consultas públicas:

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

Planejamento e Definição de Objetivos

➤ Antes de iniciar a consulta pública, é essencial planejar as etapas e objetivos da consulta. O objetivo principal deve ser esclarecer qual o assunto ou proposta a ser discutido (por exemplo, o manejo de uma unidade de conservação), e como o processo pode ser conduzido para que todos os interessados possam participar de maneira informada e efetiva.

Divulgação e Acesso à Informação

➤ É fundamental garantir que todos os interessados tenham acesso à informação relevante para o processo de consulta pública. A divulgação pode ser feita por meio de múltiplos canais, como:

Anúncios em mídias locais (jornais, rádios, sites institucionais);

➤ Cartazes em locais públicos;
➤ Redes sociais e outras plataformas digitais. O objetivo é garantir que a população tenha tempo e recursos para entender o tema da consulta antes de se manifestar.

Mecanismos de Participação

➤ Existem várias formas de coleta de opiniões e contribuições. Alguns dos principais métodos incluem:
➤ Audiências públicas: Reuniões presenciais onde representantes do governo, especialistas e o público podem discutir e opinar sobre o tema.
➤ Consultas online: Plataformas digitais onde a população pode enviar opiniões, responder questionários ou visualizar documentos relacionados ao processo de consulta.
➤ Fóruns e workshops: Encontros presenciais ou virtuais mais informais, onde o diálogo e a troca de ideias acontecem de forma mais interativa.

Análise das Contribuições

➤ Após a coleta de dados e opiniões, é essencial realizar uma análise cuidadosa das contribuições recebidas. Isso envolve:
➤ Compilação das respostas: Organizar e categorizar as manifestações de forma a identificar as principais preocupações, sugestões ou objeções.
➤ Avaliação de impactos: Estudar como as contribuições podem influenciar as decisões finais e identificar possíveis ajustes ou melhorias nas propostas originais.

Resposta e Transparência

➤ Após a análise, é importante que as autoridades responsáveis forneçam um retorno à população, explicando como as contribuições foram consideradas ou, se não foram, os motivos para isso. A transparência nesse processo é essencial para manter a confiança da sociedade na gestão pública.

Implementação das Mudanças e Monitoramento

➤ Com base nas contribuições da consulta pública, podem ser feitas alterações nas propostas iniciais. A implementação dessas mudanças deve ser monitorada, para garantir que as sugestões que impactaram as decisões sejam, de fato, aplicadas na prática.

Vantagens do Método Executivo de Consultas Públicas:

- **Inclusão social:** permite que a sociedade, incluindo grupos marginalizados ou diretamente afetados, tenha voz ativa no processo decisório;
- **Maior legitimidade:** processos transparentes e participativos tendem a resultar em maior aceitação das decisões tomadas;
- **Enriquecimento das decisões:** a consulta pública pode trazer novos dados e perspectivas que contribuem para uma solução mais eficaz e bem-informada;

Em resumo, o método executivo de consultas públicas envolve um processo estruturado de coleta, análise e resposta às opiniões e contribuições da sociedade, com o objetivo de criar soluções mais participativas e legítimas para os problemas públicos.

3.7. PÚBLICO-ALVO



3.8. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

ETAPAS	CONTEÚDOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO
APRIMORAMENTO DO DIAGNÓSTICO SIMPLIFICADO E DO ZONEAMENTO DAS ÁREAS POTENCIAIS EM ECOTURISMO	Complementação de informações existentes em outros territórios não mapeados ou zoneados	Realizar a ampliação de novas informações junto com a comissão e gestões locais	De janeiro a março de 2025
VISITAS TÉCNICAS COMPLEMENTARES ÀS ÁREAS NATURAIS EXISTENTES	Considerando a complementação das informações, realizar novos deslocamentos para apuração dos dados	Realizar viagens necessárias para melhor estruturação do diagnóstico a ser	De março a julho de 2025

**COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS
TURÍSTICOS - COOTUR**

		apresentado nas consultas públicas	
INICIAR O PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DAS OFICINAS	Articulação institucional para definição de municípios a receber a consulta pública com base nas potencialidades e no apoio institucional existente	Definir o cronograma de datas específico	De junho a julho de 2025
1º consulta pública	Consulta no Polo Velho Chico (Alto sertão)		Agosto 2025
2º consulta pública	Consulta no Polo Velho Chico (Baixo Sertão)		Agosto 2025
3º consulta pública	Consulta no Polo das Serras		Outubro 2025
4º consulta pública	Consulta no Polo Costa dos Coqueirais		Janeiro 2026
5º consulta pública	Consulta no Sertão das Águas		Março 2026
6º consulta pública	Consulta no Polo dos Tabuleiros		Junho 2026
Consolidação das Informações na Minuta de Lei do Ecoturismo de Sergipe	Transpor os dados levantados ao longo da execução das Consultas Públicas	Etapa crucial para consolidar a versão preliminar da minuta a ser enviada ao órgão consultivo legislativo do governo de Sergipe.	Agosto 2026
Envio para ALESE	Etapa e prazo a serem definidos com o órgão legislativo		

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

4. MINUTA DE LEI VERSÃO PRELIMINAR

Dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.

VERSÃO PRELIMINAR

TÍTULO I

Da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável e Do Ordenamento da Visitação em Áreas Naturais do Estado de Sergipe, como instrumento para criar diretrizes de uso e sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

O estado de Sergipe, possui significantes áreas onde o turismo atual deverá se modelar as diretrizes nacionais de ecoturismo como, dado a alta relevância ambiental, a saber: destacam-se

- Vale dos Mestres em Canindé do São Francisco, Unidade de Conservação do Monumento do Rio São Francisco
- Unidade de Conservação do Parque Nacional da Serra de Itabaina (PARNASI)
- Mosaico de Unidades de Conservação do Complexo Serra da Miaba Serras de Macambira e da Melancia e outras,
- Cachoeiras do Lajedão, Água Fria, Macambira, Saboeiro, Poço 17
- De todas as Unidades de Conservação estaduais, municipais e federais que admitam Visitação Pública ordenada conforme estabelecido em seu Plano de Manejo ou em outro documento regulamentador.

Artigo 1.º - Os governos dos Municípios, em cujo território haja recursos naturais ou culturais, ou ainda, que sejam objeto de visitação e turismo, ficam responsáveis pela elaboração de uma Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.

§ 1.º - Entende-se por política de desenvolvimento do ecoturismo, os programas voltados à implementação de visitação controlada e responsável às áreas naturais ou culturais, visando à preservação da biodiversidade.

§ 2.º - Entende-se por política de desenvolvimento do turismo sustentável, os programas voltados à implementação de visitação controlada e responsável às áreas naturais ou culturais, visando a interação entre o crescimento econômico-social e a preservação do ecossistema.

Artigo 2.º - A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir a preservação da biodiversidade, traçando limites, organizando e dirigindo ações logísticas.

CAPÍTULO II

Das Diretrizes da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável

Artigo 3.º - A implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve definir diretrizes e normas para:

- a compatibilização das atividades de ecoturismo e do turismo sustentável com a preservação da biodiversidade, como:

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

- a - uso sustentável dos recursos naturais, evitando seu esgotamento;
- b - redução de resíduos gerados, bem como de seu tratamento e destinação final;
- c - manutenção da diversidade natural e cultural;
- d - capacidade de carga, ou seja, nível que um sítio pode suportar, sem provocar degradação ao ecossistema, com estudos voltados à circulação de pessoas na área, sistemas de rodízios de trilhas e outros;
- o fortalecimento da cooperação interinstitucional, congregando interesses dos segmentos sociais a aplicar, investir e desenvolver a preservação do meio ambiente;
- a sinergia entre os segmentos sociais, como:
 - a - iniciativa privada, compreendendo os serviços turísticos em geral e comércio;
 - b - comunidade em geral, compreendendo população local e flutuante;
 - c - setor público, compreendendo: formação profissionalizante, nos moldes da "Agenda 21"; adequação e melhoria da rede de saúde pública; e implantação de plano de gerenciamento de resíduos antrópicos;
 - d - instituições nacionais e internacionais, compreendendo: organizações não governamentais - ONGs, poder público, sociedade civil organizada e comunidade científica;
- a conscientização, capacitação e estímulo à população local para a atividade do ecoturismo e do turismo sustentável, conforme preceitua o inciso I do Artigo 6º.

Artigo 4.º - A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve contemplar o gerenciamento dos resíduos antrópicos, que observará as seguintes etapas:

- a priorização da coleta seletiva para reciclagem, adequando seu acondicionamento, coleta, transporte seguro e racional e destinação final ambientalmente correta;
- a prevenção da poluição e a redução da geração de resíduos antrópicos;
- tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos antrópicos;
- a recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos antrópicos;
- a adoção pelos agentes econômicos de sistema de gestão ambiental.

§ 1.º - O gerenciamento dos resíduos antrópicos de que trata o "caput" deverá ser objeto de planos de gestão elaborados/revisados a cada 4 (quatro) anos e contemplar:

- princípios que conduzam à otimização de recursos, através da cooperação entre Municípios, com vistas à implantação de soluções conjuntas e ação integrada;
- ações voltadas à educação ambiental que estimulem:

- a - o gerador a eliminar desperdícios e a realizar a triagem e a seleção dos resíduos urbanos;
- b - o consumidor a adotar práticas ambientalmente saudáveis de consumo;
- c - o gerador e o consumidor a aproveitarem os resíduos gerados;
- d - a sociedade a se co-responsabilizar pelo consumo de produtos e pela disposição dos resíduos;
- e - o setor educacional a incluir nos planos escolares programas educativos sobre práticas de prevenção da poluição e minimização dos resíduos gerados, conforme preceitua a "Agenda 21"; 3 - soluções direcionadas:
 - a - às práticas de prevenção à poluição;
 - b - à minimização dos resíduos gerados, através da reutilização, reciclagem e recuperação;
 - c - à compostagem;
 - d - ao tratamento ambientalmente adequado;
 - e - à disposição final ambientalmente adequada;
- a caracterização dos resíduos;
- os tipos e a setorização da coleta;
- a forma de transporte, armazenamento e disposição final.

§ 2.º - Nos Municípios, especialmente naqueles com população flutuante significativa, o Plano de Gerenciamento de Resíduos deverá induzir o Poder Público, em parceria com os setores produtivos e a sociedade civil organizada, a executar ações que promovam práticas de prevenção da poluição, da coleta seletiva dos resíduos e da minimização dos resíduos gerados, através de reutilização, reciclagem e recuperação.

§ 3.º - Os Municípios deverão apresentar Planos de Gestão de Resíduos Antrópicos quando da solicitação de financiamento às instituições oficiais ou privadas, nacionais e internacionais.

Artigo 5.º - A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve contemplar a preservação das características da paisagem, prevenindo a poluição sonora, visual e atmosférica na localidade.

CAPÍTULO III

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

Da Infra-estrutura da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável

Artigo 6.º - A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deve abarcar os preceitos de adequação da atividade ambientalmente sustentável, tais como:

- capacitação de recursos humanos:
 - a - educação ambiental no ensino fundamental, médio e superior, conforme preceitua a "Agenda 21";
 - b - formação profissionalizante para atendimento na região em todas as frentes;
 - c - conscientização da população quanto à exploração do turista;
- construções preservacionistas, contempladas no Plano Diretor da localidade, tais como:
 - a - planta, técnica construtiva e localização das construções, que interajam com o ecossistema, adaptada à região e com o emprego de materiais e paisagismo regional;
 - b - pavimentação e calçamento com técnica que permita a permeabilização do solo;
 - c - mecanismos logísticos de acondicionamento, coleta, transporte, descarte, tratamento e destinação final dos resíduos antrópicos;
 - d - emprego de meios de transporte alternativo e não poluente ou agressivo ao meio ambiente.

CAPÍTULO IV

Da Gestão da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável

Artigo 7.º - A elaboração da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável será promovida pela administração pública local, sociedade civil organizada, comunidade científica e órgãos estatais competentes.

Artigo 8.º - A Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável, será implementada pelos Municípios em sinergia com o Estado.

Artigo 9.º - A gestão da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável observará as seguintes etapas:

- prevenção da degradação do ecossistema:
 - a - ambientais: extensão da área e espaço utilizável, fragilidade do ambiente e sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana, recursos da biodiversidade;
 - b - sociais: desenvolvimento da visitação e preservação das tradições locais;
 - c - administrativos: implantação de trilhas e/ou caminhos em sistema de rodízio e de distribuição dos visitantes, controle sobre o uso inadequado dos recursos e/ou serviços;
- preservação da biodiversidade;
- tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos antrópicos;
- recuperação das áreas degradadas, em virtude da continuidade da visitação e da falta de estratégia anterior.

Artigo 10 - A gestão da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável deverá ser promovida por técnico habilitado.

Parágrafo único - A prerrogativa de que trata o "caput" não afastará a sociedade civil organizada e a comunidade científica da participação nas decisões e estratégias de ação, bem como no controle da aplicação e disponibilidade dos recursos.

Artigo 11 - Para os fins previstos no "caput" do Artigo 10, o Poder Público poderá celebrar convênios com universidades, órgãos da sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas, que desenvolvam a matéria de que trata esta lei.

TÍTULO II

Dos Instrumentos Econômicos para a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável

CAPÍTULO I

Dos Instrumentos de Fomento

COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS - COOTUR

Artigo 12 - O Estado deverá criar programas específicos através de seus órgãos competentes, que incentivem a implantação e ampliação por parte do Poder Público Municipal, da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.

CAPÍTULO II

Das Atribuições dos Órgãos Estaduais

Artigo 13 – Da Secretaria de Estado do Turismo Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climática, da dor órgãos gestores de Unidade de Conservação, das Associações e ONGs cuja finalidade seja a proteção das áreas naturais e a visitação nas diretrizes de Ecoturismo

TÍTULO III

Artigo 14 - Compete ao Estado promover campanhas educativas sobre o desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável.

Artigo 15 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDIT's do Polo Costa do Coqueirais. Governo do Estado de Sergipe, 2005;

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDIT's do Polo Velho Chico. Governo do Estado de Sergipe, 2009;

Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. Ministério do Meio Ambiente, 2006;

Programa de Qualificação Integrada do Turismo em Sergipe – VIVA SERGIPE. Secretaria do Estado de Planejamento/Governo do Estado de Sergipe, 2007.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014, 2009;

Programa de Qualificação Profissional e Empresarial para os polos de turismo Costa dos Coqueirais e Velho Chico, 2013.

Plano de Ação para Educação e Sensibilização Ambiental nos Polos Velho Chico e Costas dos Coqueirais elaborado por contratação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)

SNUC

Thassia Luiza Santana Costa

THASSIA LUIZA SANTANA COSTA

ENGENHEIRA AMBIENTAL / CONSULTORA AMBIENTAL DA SETUR